



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

ANDRÉ JULIUS PELLICANO GRANADO

O LIBERALISMO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA COMPARATIVA DO  
INTERVENCIONISMO GOVERNAMENTAL BRASILEIRO E DO LIBERALISMO  
CHILENO.

BRASÍLIA DF

2014

ANDRÉ JULIUS PELLICANO GRANADO

10/0007392

O LIBERALISMO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA COMPARATIVA DO  
INTERVENCIONISMO GOVERNAMENTAL BRASILEIRO E DO LIBERALISMO  
CHILENO.

Projeto apresentado à banca examinadora da  
Universidade de Brasília como objetivo parcial a  
obtenção do título de Economista

Orientador: Professor Gil Riella

BRASÍLIA DF

MARÇO DE 2014

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB**

**ANDRÉ JULIUS PELLICANO GRANADO**

**O LIBERALISMO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA COMPARATIVA DO  
INTERVENCIONISMO GOVERNAMENTAL BRASILEIRO E DO LIBERALISMO  
CHILENO.**

Projeto apresentado à Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título em de economista.

Aprovado em:

Conceito:

**Banca Examinadora**

---

Professor Gil Riella  
Orientador

---

Professora Milene Takasago  
Membro da Mesa



## **AGRADECIMENTOS**

A minha namorada, Roberta Galvão que sempre me apoiou e me ajudou na construção desse trabalho.

A meu orientador, Gil Riella, professor do departamento de Economia, que me deu suporte e sem o qual esse trabalho não seria possível.

A minha família, em especial minha mãe Karla Pellicano, meu pai Shalom Granado e minha irmã Raquel Pellicano, que me deram toda a base e condições para conseguir atingir meus objetivos.

Ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília.

Ao professor Roberto Ellery que foi parte importante da minha graduação.

Ao povo brasileiro, sem o qual não seria possível minha graduação.

Aos vários amigos que me deram todo o suporte e companheirismo durante toda minha graduação e sem os quais eu não teria conseguido.

## **RESUMO**

O Chile e o Brasil são dois países que possuem grandes diferenças em relação à política econômica e grandes semelhanças no que tange o desenvolvimento histórico. Ambos os países passaram por regimes militares totalitários. As diferenças fundamentais entre os dois regimes é que enquanto um escolheu um direcionamento econômico liberal com uso de economistas de Chicago, escola símbolo do liberalismo, o outro escolheu o caminho do intervencionismo, com grande influência do estado na economia e com seu uso como principal motor do crescimento. O objetivo desse trabalho é analisar os efeitos de cada uma dessas escolhas, procurando entender as consequências da adoção do liberalismo como principal política econômica e relacionando os acontecimentos as ideias dos principais pensadores da escola austríaca.

## **ABSTRACT**

Chile and Brazil are two countries that have large differences in relation to the economic policy and strong similarities regarding the historical development. Both countries have experienced totalitarian military regimes. The fundamental differences between the two regimes is that while one have chosen a liberal economic direction using the Chicago economists, school symbol of liberalism, the other have chosen the path of interventionism, with great influence of the state on the economy and its use as the main engine of growth. The aim of this study is to analyze the effects of each of these choices, trying to understand the consequences of adopting liberalism as a major economic policy relating the events to the ideas of the main thinkers of the Austrian school.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da Renda per capita brasileira. 1955-2009 .....	18
Gráfico 2 – Baixo crescimento anterior ao “Milagre Econômico”. .....	19
Gráfico 3 – Alto crescimento no milagre econômico brasileiro. ....	22
Gráfico 4 – Evolução da renda per capita nas décadas de 1980 e 1990. ....	26
Gráfico 5 – Evolução da renda per capita nas décadas de 1980 e 1990. ....	31
Gráfico 6 – Evolução da renda per capita chilena. 1964-2009 .....	33
Gráfico 7 – Evolução da renda per capita chilena. 1973-1990 .....	35
Gráfico 8 – Evolução da renda per capita chilena. 1990-2009 .....	39
Gráfico 9 – Evolução da renda per capita. 1964-2009 .....	43
Gráfico 10 – Evolução do índice de liberdade econômica da Heritage Foundation. 1995-2014 .....	46



## SUMÁRIO

<b>1. – INTRODUÇÃO</b>	11
<b>2. – A ESCOLA AUSTRIACA</b>	12
2.1 – FRIEDRICH HAYEK E O COLETIVISMO	13
2.2 – FRIEDRICH HAYEK E O PLANEJAMENTO ECONÔMICO	15
2.3 – LUDWIG VON MISES, O INTERVENCIONISMO E SUAS CONSEQUÊNCIAS	16
<b>3. – O INTERVENCIONISMO BRASILEIRO – UMA BREVE REVISÃO LITERÁRIA</b>	17
3.1 – O REGIME MILITAR (1964-1985)	18
3.1.1 – O PAEG	19
3.1.2 – O Milagre Econômico (1968-1973)	21
3.1.3 – O II Plano Nacional do Desenvolvimento (1975-1979)	23
3.1.4 – O Final do Regime Militar	24
3.2 – A DÉCADA DE 80 E 90, O BAIXO CRESCIMENTO E ALTA INFLAÇÃO E OS PLANOS ECONÔMICOS	26
3.2.1 – A Recessão da Década de 1980	27
3.2.2 – Os Planos de Estabilização Econômica e a Intervenção no Combate à Inflação	27
3.2.3 – O Plano Real	29
3.3 – O GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA	30
3.3.1 – O Primeiro Governo Lula (2003-2006)	31
3.3.2 – O Segundo Governo Lula (2007-2011)	32

3.4	– O GOVERNO DILMA E O MOMENTO ATUAL (2011-2014) .....	32
<b>4.</b>	<b>– AS POLÍTICAS LIBERAIS CHILENAS – UMA BREVE REVISÃO LITERÁRIA</b>	<b>33</b>
4.1	– O REGIME MILITAR (1973-1990) .....	34
4.1.1	– A Transição para o Livre Mercado (1973-1982) .....	35
4.1.2	– A Recessão de 1982-1984 e a Recuperação Econômica de 1985 .....	37
4.2	– A VOLTA A DEMOCRACIA E O CRESCIMENTO SUSTETADO .....	39
<b>5.</b>	<b>– O INTERVENCIONISMO BRASILEIRO E O LIBERALISMO CHILENO –</b>	
	<b>COMPARANDO AS POLÍTICAS NO CURTO E NO LONGO PRAZO .....</b>	<b>42</b>
5.1	– O CONTROLE DE PREÇOS, A INFLAÇÃO E AS MEDIDAS TOMADAS	
	DURANTE OS PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA NO BRASIL .....	44
5.2	– O CRESCIMENTO DO CHILE, A LIBERDADE ECONOMICA E A AMÉRICA	
	LATINA .....	46
5.3	– A POLÍTICA LIBERAL CHILENA E A ERRADICAÇÃO DA POBREZA .....	48
<b>6.</b>	<b>– CONCLUSÃO .....</b>	<b>51</b>

## 1. – INTRODUÇÃO

Desde a virada do século XX, a proliferação de governos de esquerda e centro-esquerda através da América Latina e, em particular, a nova onda de reformas constitucionais, levaram estudiosos a especular a possibilidade do nascimento de um tipo de democracia pós liberal na região (Jonas Wolff, 2013). O mundo, de forma geral, e a América Latina, em especial, passaram por profundas mudanças políticas de 1929 até o período atual. Tais mudanças nas políticas econômica e social na América Latina foram, em grande parte, marcadas por discussões entre um estado forte, economicamente intervencionista, caracterizado por políticas econômicas keynesianas e desenvolvimentistas e um estado pouco presente, com uma visão fortemente influenciada pelo liberalismo econômico, caracterizado pela livre circulação de bens e capitais e pela queda de barreiras protecionistas.

Essa dicotomia entre o que foi basicamente dois tipos diferentes de política de governo é especialmente presente e bem definida na América Latina devido a seus períodos bem definidos, muitas vezes trazidos por quebras de governos, mudanças constitucionais e regimes autoritários, que modificam de forma drástica a composição das instituições, a forma e o tamanho do governo. Uma virtude dessas mudanças precisas de governo (...) é que, ao invés de “deveria ter sido, deveria ter feito” historiadores podem focar mais em descobrir o que um estado latino americano foi politicamente, ou o que “poderia” ter feito (Paul Gootenberg, 2013). Mudanças políticas recentes através da América Latina desafiam as concepções gerais de democracia liberal (Jonas Wolf, 2013). Esses momentos bem definidos na história dos países latino americanos é de grande valor na análise do resultado das políticas implementadas.

A diferença de política citada é clara no caso de Brasil e Chile. Esses países foram escolhidos para um estudo mais profundo devido à grande diferença entre as formas de governo, indicadores econômicos e indicadores sociais desses dois países. As políticas públicas Chilenas, desde o *coup d'état* de 1973 foram formuladas em um formato institucional altamente autoritário (Vincent Parking, 1983), porém, hoje, enquanto o Chile possui instituições e um governo de forma geral muito liberais, com baixa burocracia institucional, baixa carga tributária e pouca intervenção do governo no mercado e na economia, o Brasil possui um estado muito forte, que frequentemente

intervém de forma direta criando estatais, mexendo artificialmente na oferta e na demanda, injetando dinheiro em setores específicos e elevando impostos diretamente relacionados ao mercado de capitais e de forma indireta, com alta carga tributária, instituições morosas devido à burocracia e alterando variáveis macroeconômicas constantemente como a taxa de juros e o câmbio.

O trabalho visa analisar o PIB *per capita*, no Chile e no Brasil, e colocá-lo em uma linha do tempo, a partir de 1964. Com essa linha do tempo em mãos, é possível avaliar as medidas de política econômica e social em cada período e seus resultados, e, no caso de comparar também o período de regime militar, que caracterizou conjunturas econômicas e sociais muito singulares nos dois países.

No estudo também será utilizado o *ranking* de liberdade econômica da *Heritage Foundation* que, em parceria com o *The Wall Street Journal* elabora anualmente uma lista dos países mais economicamente liberais do mundo. Esse *ranking*, será utilizado na análise contemporânea de Chile e Brasil. A forma de construção desse indicador será analisada de forma mais aprofundada e cada elemento desmembrado. Após esse desmembramento haverá uma comparação da situação de cada setor do país em questão. Dessa forma será possível visualizarmos de forma empírica o desenvolvimento econômico em países mais e menos liberais.

É objetivo do trabalho uma análise do ponto de vista heterodoxo liberal com foco em seus autores mais importantes, Ludwig von Mises e Friedrich A. Hayek os mais importantes economistas austríacos do século XX (João Rodrigues, 2013), destacando aonde as políticas brasileiras e chilenas se enquadram nessas ideias, visualizando para tal o quão aberto e liberal, tanto do ponto de vista econômico quanto liberal, é o país.

## **2. – A ESCOLA AUSTRÍACA**

Esse capítulo realizará uma revisão de literatura econômica a respeito da escola austríaca com foco específico nas ideias de Ludwig Von Mises e Friedrich Hayek. A ideia aqui é proporcionar ao leitor uma melhor compreensão das ideias dessa escola. Além de uma ideia mais geral, o capítulo terá um foco específico no intervencionismo econômico e como este influencia a economia e a sociedade de um país.

É importante destacar que uma das características da economia austríaca é seu carácter abstrato devido, principalmente no caso de alguns autores específicos como Hayek, a proximidade com a filosofia. Essa característica pode ser vista na forma como o indivíduo é tratado e na ausência, muitas vezes nos trabalhos mais importantes dessa escola, de modelos concretos e tangíveis. Dessa forma, será expresso abaixo um aglomerado de ideias dos principais autores austríacos aonde essas ideias serão revistas mais afrente a medida que pode-se observar de forma empírica os resultados de políticas econômicas do Brasil e Chile.

De acordo com João Rodrigues (2013), Ludwig Von Mises e Friedrich Hayek são os mais importantes economistas austríacos do século XX. Ambos elaboram importantes obras, sendo as mais importantes *O Caminho da Servidão* (Friedrich Hayek, 1944), *Ação Humana* (Ludwig Von Mises, 1990) e *Uma Crítica ao Intervencionismo* (Ludwig Von Mises, 1929). Mises e Hayek consideram que instituições de cunho comercial nutrem indivíduos de motivações mais funcionais e adequadas. Essa posição é acompanhada de uma visão cética sobre o futuro do mercado relacionada ao contínuo fortalecimento de instituições promovendo atitudes intervencionistas e a contaminação ideológica do mercado, que é um dos fatores que explica a importância que os dois- Mises e Hayek- deram a batalha das ideias, hegemonia ideológica e esforço correspondente em moldar a opinião pública e reconfigurar o estado e suas funções. (João Rodrigues, 2013).

## 2.1 – FRIEDRICH HAYEK E O COLETIVISMO

Friedrich Hayek, ícone da escola econômica austríaca, tem como uma de suas principais e mais aclamadas obras *O Caminho da Servidão*, de 1944, que aborda os processos coletivistas sociais e como estes levam a tirania e à supressão das liberdades. Hayek, destaca como o socialismo sempre resulta em tirania e governos totalitários.

Segundo Hayek (1944), a tendência moderna ao socialismo não implica apenas um rompimento definitivo com o passado recente, mas com toda a evolução da civilização ocidental, e isso se torna claro quando o consideramos não só em relação ao século XIX, mas numa perspectiva histórica mais ampla. Para ele, o coletivismo representa uma perda de tudo que foi desenvolvido até então e uma

contaminação ideológica. É importante destacar que essa contaminação ideológica estaria presente no mercado e acabaria por aparelha-lo, impedindo seu desenvolvimento de forma livre:

“É claro o abandono rapidamente não só as ideias de Cobden e Bright, de Adam Smith e Hume, ou mesmo de Locke e Milton, mas também uma das características mais importantes da civilização ocidental que evoluiu a partir dos fundamentos lançados pelo cristianismo e pelos gregos e romanos. Renunciamos progressivamente não só ao liberalismo dos séculos XVIII e XIX, mas ao individualismo essencial que herdamos de Erasmo e Montagne, de Cícero e Tácito, de Péricles e Tucídides. O líder nazista que definiu a revolução nacional-socialista como uma contra-Renascença estava mais próximo da verdade do que provavelmente imaginava. Ela representou a etapa final da destruição da civilização construída pelo homem moderno a partir da Renascença e que era, acima de tudo, uma civilização individualista. O individualismo tem hoje uma conotação negativa e passou a ser associado ao egoísmo. Mas o individualismo a que nos referimos, em oposição a socialismo e a todas as outras formas de coletivismo, não está necessariamente relacionado a tal aceção. Só de maneira gradual, é que poderemos esclarecer a distinção entre os dois princípios opostos. Podemos dizer que o individualismo, que a partir de elementos fornecidos pelo cristianismo e pela filosofia da antiguidade clássica pôde desenvolver-se pela primeira vez em sua forma plena durante a Renascença e desde então evoluiu e penetrou na chamada civilização ocidental, tem como características essenciais o respeito pelo indivíduo como ser humano, isto é, o reconhecimento da supremacia de suas preferências e opiniões na esfera individual, por mais limitada que ela possa ser, e a convicção de que é desejável que os indivíduos desenvolvam dotes e inclinações pessoais. “Liberdade” é agora uma palavra tão desgastada que devemos hesitar em empregá-la para expressar os ideais por ela representados durante aquele período. Talvez “tolerância” seja o único termo que ainda expresse o pleno significado do princípio que predominou durante esse período, e apenas em tempos recentes voltou a declinar, desaparecendo de todo com o advento do estado totalitário. (HAYEK, Friedrich. *O Caminho para Servidão*, São Paulo, 2010)”

Ainda segundo Hayek (1944), o socialismo substituiu o liberalismo como a doutrina da grande maioria dos progressistas, isso não significa apenas que as pessoas tenham esquecido as advertências dos grandes pensadores liberais sobre as consequências do coletivismo. Para o autor isso ocorreu devido a uma mudança

do que o que era acreditado em relação ao coletivismo e ao socialismo. O que antes era um movimento claramente e declaradamente autoritário, passa a ser visto como uma forma de liberdade no contexto pós revolução francesa. Os próprios fundadores do socialismo não escondiam suas intenções aonde o socialismo seria uma forma de resposta ou uma tentativa de “acabar com a Revolução” por meio de uma reorganização institucional da sociedade de forma hierárquica.

Vale destacar aqui que as diferenças entre os países ex-socialistas e capitalistas são muito mais profundas que a renda *per capita*, essas diferenças também envolvem a presença de movimentos coletivistas e de desenvolvimento institucional.

## 2.2 – FRIEDRICH HAYEK E O PLANEJAMENTO ECONÔMICO

Ainda em O Caminho da Servidão, Hayek se opõe ao planejamento central econômico, destacando os problemas presentes na centralização do poder de decisão. Apesar da apropriação da palavra “planejamento” a decisão que muitas vezes parece racional é empregada de forma a parecer a única escolha óbvia e ótima sem embasamento teórico. Para Hayek a doutrina liberal é a favor do emprego mais efetivo das forças da concorrência como um meio de coordenar os esforços humanos, e não de deixar as coisas como estão. Baseia-se na convicção de que, onde exista a concorrência efetiva, ela sempre se revelará a melhor maneira de orientar os esforços individuais.

Essa forma de pensar não nega ou exclui a ideia de que uma estrutura legal e regulações são necessárias para o bom funcionamento do mercado, mas destaca que elas só devem ser utilizadas quando necessário para que a concorrência não seja substituída por métodos menos eficientes de coordenação dos esforços individuais. Nas palavras de Hayek:

“A concorrência um método superior, não somente por constituir, na maioria das circunstâncias, o melhor método que se conhece, mas, sobretudo por ser o único método pelo qual nossas atividades podem ajustar-se umas às outras sem a intervenção coercitiva ou arbitrária da autoridade. Com efeito, uma das principais justificativas da concorrência é que ela dispensa a necessidade de um “controle social consciente” e oferece aos indivíduos a oportunidade de decidir se as perspectivas de

determinada ocupação são suficientes para compensar as desvantagens e riscos que a acompanham. (HAYEK, Friedrich. *O Caminho para Servidão*, São Paulo, 2010)”

### 2.3 – LUDWIG VON MISES, O INTERVENCIONISMO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Essa sessão traz as ideias do autor Austríaco Ludwig Von Mises que ficou famosos por suas críticas ao intervencionismo na economia. Ela trará uma abordagem mais profunda acerca do conceito de intervencionismo para Mises e das consequências desses.

“A luta entre nações e estados- e, internamente, entre partidos políticos, grupos de pressão e facções- absorve tanto a nossa atenção que chegamos a negligenciar o fato de que todos os partidos em luta, apesar de suas acirradas batalhas, perseguem objetivos econômicos idênticos. Devemos incluir aqui até mesmo aqueles defensores de uma socialização dos meios de produção que, tendo sido partidários da Segunda e depois da Terceira Internacional, e tendo aprovado a Nova Política Econômica (NEP), renunciaram, pelo menos no presente e num futuro próximo, à concretização do seu programa. Quase todos os teóricos da política econômica e quase todos os estadistas e líderes partidários estão procurando um sistema ideal que acreditam não deva ser nem capitalista nem socialista e que não se baseie na propriedade privada dos meios de produção, nem na propriedade pública. Estão procurando um sistema de propriedade que seja contido, regulado e dirigido pela intervenção governamental e por outras forças sociais, tais como os sindicatos. Denominamos tal política econômica de *intervencionismo*, que vem a ser o próprio sistema de *mercado controlado*. (MISES, Ludwig Von. *Uma Crítica ao Intervencionismo*, São Paulo, 2010)”

Para Mises (1929), o comunismo e o fascismo estão de acordo no que diz respeito a tal programa, assim como as igrejas e várias seitas cristãs agem da mesma forma que os maometanos do Oriente Médio e da Índia, os hindus, budistas e seguidores de outras culturas asiáticas. E, qualquer um que analise os programas e ações dos partidos políticos da Alemanha, da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, deve concluir que existem diferenças apenas nos métodos de intervencionismo, não na sua lógica.

O governo deve sempre avaliar os custos antes de uma intervenção governamental na economia. O problema, é que os efeitos dessa intervenção são



muito difíceis de serem avaliados no médio e no longo prazo. Um exemplo seria a intervenção nos preços de um produto que visa determinar preços diferentes daqueles determinados pela ação do mercado. Quando o preço é determinado pelo mercado, ele irá cobrir os custos de produção. Quando isso não acontece os comerciantes venderão suas mercadorias perecíveis, isto é, as que perderão drasticamente seu valor no decorrer do tempo, e irão guardar suas outras mercadorias para quando seja suspenso o controle sobre o preço. Isso causará, não só uma pressão inflacionária, para que o controle desapareça mas uma crise de desabastecimento o que pode, não só afetar a oferta daquele produto específico, mas de toda uma cadeia de produtos que dependem do anterior.

Vale ainda destacar os motivos da fraca atuação das empresas públicas que estão, muitas vezes, diretamente relacionadas com o intervencionismo. Esse desempenho é frequentemente relacionado a administração burocrática dessas empresas, que associa o funcionamento da empresa a uma série de fatores políticos.

O progresso deste trabalho tem como base a comparação do Brasil, tratado aqui como país intervencionista e Chile, ícone do liberalismo moderno na América latina. O desempenho econômico de cada país será comparado e é importante notar que, cada ponto da teoria de Mises será estudado, desde o intervencionismo, até a forma como os países tratam os ajustes de preços. A presença de empresas estatais na economia também será levada em conta, bem como sua participação no montante final da economia.

### **3. – O INTERVENCIONISMO BRASILEIRO – UMA BREVE REVISÃO LITERÁRIA**

O Brasil é um dos países mais intervencionistas do mundo passando grande parte de sua história utilizando políticas econômicas pouco ortodoxas. A *Heritage Foundation* é uma fundação que, em parceria com o *The Wall Street Journal*, elabora, anualmente, um *ranking* dos países mais liberais do mundo. O Brasil sempre esteve, desde que o *ranking* começou a ser elaborado em 1995, em uma posição entre os mais intervencionistas. Especialmente no resultado desse ano, aonde pela primeira vez, o Brasil aparece como 114º país, sendo sua pior posição.

Esse trabalho visa avaliar os resultados dessas intervenções e compará-las a outras políticas econômicas. Para fazermos essa análise esse capítulo se dedicará a

uma revisão histórica do Brasil e de suas escolhas de política econômica desde o ano de 1964, o chamado regime militar, até o período da atual democracia. Para que seja possível uma análise detalhada, segue um gráfico que mostra toda a trajetória de crescimento da renda *per capita* do Brasil, de 1955 a 2009. Cada período específico será estudado com mais cuidado, ampliando-se os intervalos relevantes.

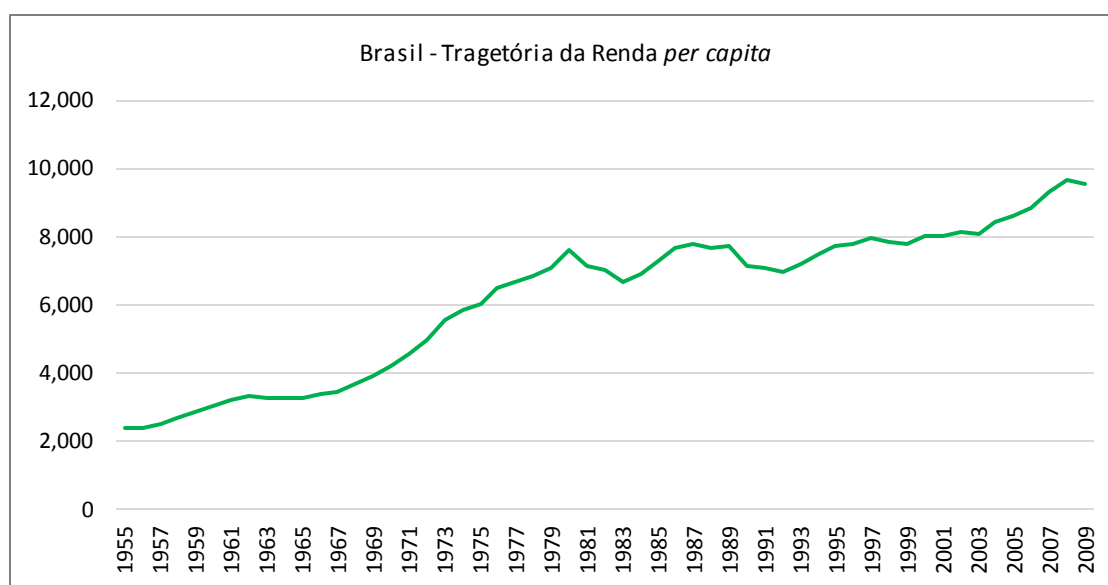


Gráfico 1 – Evolução da Renda *per capita* brasileira. 1955-2009  
Fonte: Barro & Ursúa; FMI.

### 3.1 – O REGIME MILITAR (1964-1985)

O momento anterior ao golpe de 1964 que daria o poder aos militares foi um período de modesto crescimento econômico principalmente se comparado a períodos anteriores. Nas palavras de Antonio Correa Lacerda (2006): “Após um período de intenso crescimento do PIB, entre 1956 e 1962, a economia brasileira sofreu uma desaceleração que perdurou até 1967.” A inflação também era um problema com níveis que atingiam 90% ao ano em 1964. O gráfico abaixo mostra o período que antecedeu o chamado “Milagre Econômico”, momento de enorme crescimento aonde o país teve um aumento considerável de sua renda *per capita*.

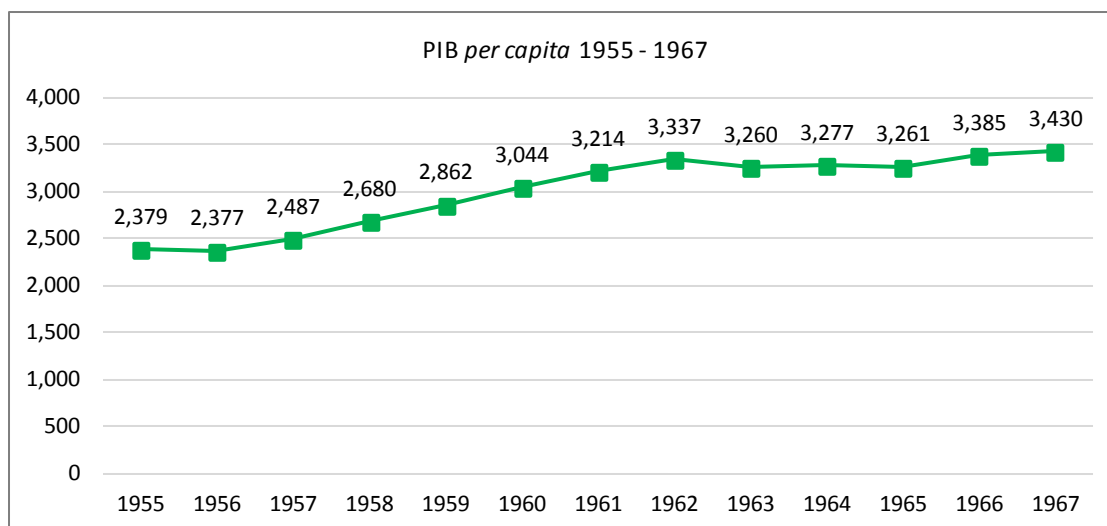


Gráfico 2 – Baixo crescimento anterior ao “Milagre Econômico”.  
Fonte: Barro & Ursúa.

Há uma série de explicações para o tímido crescimento do país. Uma série de autores divergem a respeito das razões para esse baixo crescimento, muito devido à complexidade do momento, aonde, segundo Lacerda (2006), se entrelaçavam questões econômicas estruturais com políticas econômicas conjunturais, em um quadro de acirramento dos conflitos políticos e sindicais.

“O setor produtor de bens de consumo duráveis enfrentou dificuldades, pois a demanda não crescia de maneira satisfatória. A demanda reprimida que o PSI buscou atender esgotou-se rapidamente, em função da baixa renda *per capita* e da elevada concentração de renda no país. A inexistência de mecanismos para o financiamento a longo prazo do consumo trazia ainda mais limitações à demanda.” (LACERDA, Antônio, 2006).

### 3.1.1 – O PAEG

O movimento militar de março de 1964 destituiu o Governo Goulart e elevou à Presidência da República o marechal Castelo Branco. Em novembro, chega o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), elaborado pelo recém-criado Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. Conforme colocado por Lara Resende (1990), os objetivos do PAEG eram, entre os principais, “(i) acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico interrompido no biênio 1962/63; (ii) conter, progressivamente, o processo inflacionário, durante 1964 e 1965, objetivando um razoável equilíbrio de preços a partir de 1966; (iii) atenuar os desníveis econômicos

setoriais e regionais, assim como as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, mediante melhoria das condições de vida; (iv) assegurar, pela política de investimentos, oportunidades de emprego produtivo à mão-de-obra que continuamente aflui ao mercado de trabalho; (v) corrigir a tendência a déficits descontrolados do balanço de pagamentos, que ameaçam a continuidade do processo de desenvolvimento econômico, pelo estrangulamento periódico da capacidade de importar.”

Para alcançar esses objetivos, as medidas tomadas foram, ainda segundo Lara Resende (1990), as seguintes:

"Política Financeira, compreendendo: (i) política de redução do déficit de caixa governamental, de modo que aliviasse progressivamente a pressão inflacionária dele resultante e que fortalecesse a capacidade de poupança nacional através do disciplinamento do consumo e das transferências do setor público e na melhoria da composição da despesa; (ii) política tributária, destinada a fortalecer a arrecadação e a combater a inflação, corrigindo as distorções de incidência, estimulando a poupança, melhorando a orientação dos investimentos privados e atenuando as desigualdades econômicas regionais e setoriais; (iii) política monetária condizente com os objetivos de progressiva estabilização dos preços, evitando, todavia, a retração do nível de atividade produtiva e a redução da capacidade de poupança das empresas; (iv) política bancária, destinada a fortalecer o nosso sistema creditício, ajustando-o às necessidades de combate à inflação e de estímulo ao desenvolvimento; (v) política de investimentos públicos, orientada de modo que fortalecesse a infraestrutura econômica e social do país, que criasse as economias externas necessárias ao desenvolvimento das inversões privadas e que atenuasse desequilíbrios regionais e setoriais.

Política econômica internacional, compreendendo: (i) política cambial e de comércio exterior, visando à diversificação das fontes de suprimento e ao incentivo das exportações, a fim de facilitar a absorção dos focos setoriais de capacidade ociosa e de estimular o desenvolvimento econômico, com relativo equilíbrio de pagamentos a mais longo prazo; (ii) política de consolidação da dívida externa e de restauração do crédito do país no exterior, de modo que aliviasse pressões de curto prazo sobre o balanço de pagamentos; (iii) política de estímulos ao ingresso de capitais estrangeiros e de ativa cooperação técnica e financeira com agências internacionais, com outros

governos e, em particular, com o sistema multilateral da Aliança para o Progresso, de modo que acelerasse a taxa de desenvolvimento econômico.

Política de produtividade social, compreendendo, notadamente: (i) política salarial, que assegurasse a participação dos trabalhadores nos benefícios do desenvolvimento econômico, mas que permitisse a sincronização do combate à inflação, do lado da procura e dos custos, e que protegesse a capacidade de poupança do país." E ainda política agrária, política habitacional e política educacional (Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica (MPCE), 1964, pp. 15-6). (LARA RESENDE, A. *Estabilização e reforma: 1964-1967. A Ordem do Progresso*, Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990)."

Observa-se assim que o PAEG foi um programa que claramente priorizava o crescimento. Os mecanismos controladores da inflação objetivavam apenas não atrapalhar o desenvolvimento da capacidade produtiva. Dessa forma, como colocado por Lara Resende (1990), o PAEG faz a manutenção da inflação mantendo as três causas tradicionais da inflação brasileira: os déficits públicos, a expansão do crédito às empresas e as majorações institucionais de salários em proporção superior à do aumento de produtividade. Estas causas conduzem inevitavelmente à expansão dos meios de pagamento, gerando o veículo monetário de propagação da inflação.

Essas medidas de política econômica intervencionistas que transferiam crédito ao empresariado e controlava os aspectos estruturais da economia, se mostram efetivas no curto prazo e preparam o terreno para o período seguinte, o chamado "Milagre Econômico".

### **3.1.2 – O Milagre Econômico (1968-1973)**

O que se convencionou chamar de milagre econômico brasileiro foi um período de intenso crescimento do PIB e da produção industrial entre 1968 e 1973. Este ciclo que beneficiou-se do grande crescimento do comércio mundial, do cenário deixado pelo PAEG e da estrutura industrial criada ainda no Plano de Metas durante o governo de Juscelino Kubitschek, teve uma característica marcante: a presença de capital estrangeiro, na forma de investimento direto e, principalmente, por meio de empréstimos. Esse endividamento será uma das causas mais marcantes da crise dos

anos 1980. Abaixo segue o gráfico com a evolução do PIB *per capita*, desde antes do regime militar, até o milagre econômico:

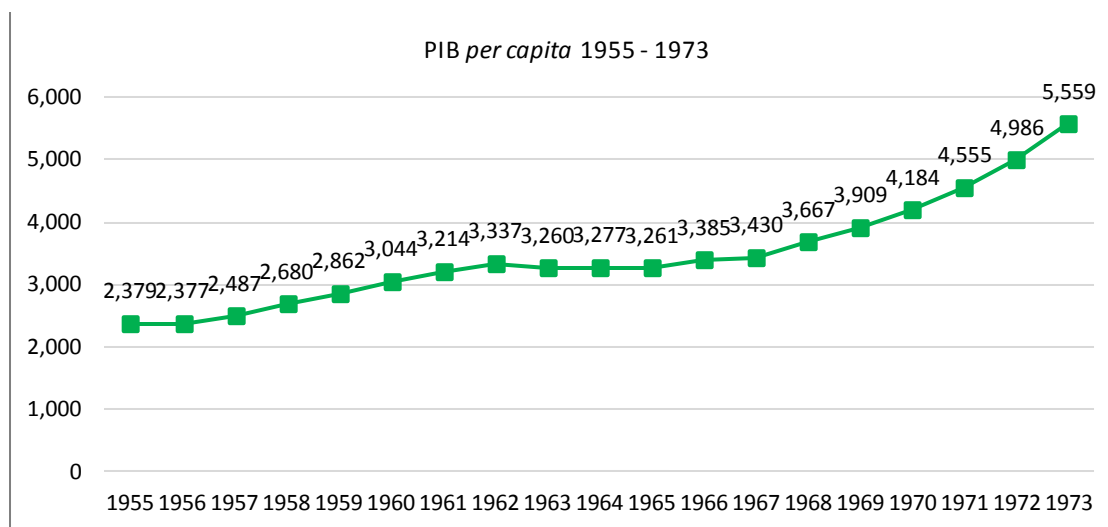


Gráfico 3 – Alto crescimento no milagre econômico brasileiro.  
Fonte: Barro & Ursúa.

A renda *per capita* mais que dobrou em apenas quinze anos com taxas de crescimento de até 14% ao ano. Esse crescimento, apesar de extremamente expressivo, também caracterizou um agravamento de algumas questões sociais, com um aumento da concentração de renda e deterioração de importantes indicadores de bem-estar social. Conforme Antônio Lacerda (2006), o milagre, no fim das contas, aprofundou as contradições estruturais da economia e os problemas decorrentes de sua enorme dependência em relação ao capital internacional.

Ao final de 1973 então, finalmente temos o primeiro grande choque do petróleo que mostra a musculatura política e econômica do cartel da OPEP. Dionísio Dias Carneiro (1990) coloca o acontecimento como um movimento de preços perfeitamente em linha com os fenômenos básicos do mercado de petróleo: como principal matéria-prima do mundo industrializado, o descompasso entre o crescimento de sua demanda e os investimentos, seja em fontes alternativas de suprimento energético seja em novos campos de produção de óleo bruto, teria fatalmente de refletir-se, cedo ou tarde, nos preços, a exemplo do que ocorria com as demais matérias-primas transacionadas no mercado internacional.

Para a economia brasileira, conforme Dionísio Dias Carneiro (1990), tais desenvolvimentos não parecem ter sido percebidos por nossos gestores de política

econômica como uma descontinuidade. Em pleno ano de 1973, experimentou o cruzeiro sua primeira valorização nominal, em meio à avalanche de capitais de empréstimo que abarrotava a conta de ativos externos das autoridades monetárias, pressionava a oferta de moeda e contratava a inflação futura, em uma economia já superaquecida, que crescia quase o dobro de sua taxa histórica.

### **3.1.3 – O II Plano Nacional do Desenvolvimento (1975-1979)**

O governo do general Geisel, empossado em 1974, tinha pela frente o desafio de dar continuidade ao crescimento econômico, grande fator de legitimação do regime militar que dirigia o país desde 1964. Segundo Lacerda (2006), isso diferenciava o caso brasileiro dos outros regimes militares latino americanos, que administravam economias estagnadas, como a argentina e a uruguaia. Ao mesmo tempo, a fração militar que assumira a presidência tinha um projeto geopolítico de afirmação do país como potência, ainda que regional, e de abertura política, com a paulatina transformação do autoritarismo militar. A abertura “lenta, gradual e segura” deveria conduzir o país, no futuro, a algum tipo ainda não claramente definido de governo civil.

Para Dionísio Dias Carneiro (1990) a condução da política de curto prazo no início do Governo Geisel foi marcada por quatro decisões importantes: a depressão dos preços, a oficialização de uma regra para a correção monetária, a intervenção no grupo financeiro Halles e a revisão da lei salarial. Cada uma contribuiria, a seu modo, para selar o rumo da política de curto prazo.

O II PND, elaborado sob a orientação de João Paulo dos Reis Velloso, ministro do Planejamento, foi a mais ampla e articulada experiência brasileira de planejamento após o Plano de Metas. Partindo da avaliação de que a crise e os transtornos da economia mundial não eram passageiros e de que as condições de financiamento eram favoráveis. O II PND teve um papel fundamental em relação a crise vista na década seguinte. Segundo Lacerda (2006) ele propunha uma “fuga para frente”, assumindo os riscos de aumentar provisoriamente os déficits comerciais e a dívida externa mas construindo uma estrutura industrial avançada que permitiria superar conjuntamente a crise e o subdesenvolvimento. Ainda de acordo com Lacerda (2006),

em vez de um ajuste econômico recessivo, conforme aconselharia a sabedoria econômica convencional, o II PND propunha uma transformação estrutural.

Vale destacar aqui que, além do grande esforço na tentativa de redirecionamento da poupança interna para os projetos do II PND, Lacerda (2006) destaca que houve uma grande participação de empréstimos externos no financiamento dos programas de investimento. Ainda segundo Lacerda (2006), neste período houve um intenso debate sobre a reciclagem das divisas auferidas pelos países exportadores de petróleo e que passaram a apresentar grandes superávits em suas contas externas. É importante destacar que, mesmo a proposta de fazer esta reciclagem sobre a supervisão do FMI não teve apoio. Senso assim, esta reciclagem foi toda feita pelos bancos privados. Só quando ocorreu a crise das dívidas a partir de 1982 é que esta discussão foi retomada.

Segundo Dionísio (1990), a dívida externa brasileira cresceu US\$ 10 bilhões entre 1974 e 1977, outros US\$ 10 bilhões nos dois anos seguintes. No início do Governo Geisel, o país pagava anualmente US\$ 500 milhões de juros e em 1978 a conta de juros líquidos subira para US\$ 2,7 bilhões que a alta taxa de juros internacionais elevaria para US\$ 4,2 bilhões no primeiro ano do Governo Figueiredo.

Ainda de acordo com Dionísio (1990), a gravidade do problema fiscal foi sendo paulatinamente percebida por alguns técnicos do governo, e constituiu a preocupação central da Secretaria do Planejamento no início do governo Figueiredo. O novo titular da Seplan, no entanto, não conseguiu sensibilizar seus colegas de gabinete para o problema. Tampouco pareceu convencer o Presidente da República do caráter explosivo da ameaça inflacionária representada por um desequilíbrio sem limites entre meios e gastos governamentais. Anos de repressão de preços e tarifas do setor público, utilização das empresas estatais como instrumento de captação de empréstimos externos, concessão por vezes abusiva de incentivos fiscais, subsídios creditícios e prática generalizada de desequilíbrio fiscal na economia brasileira não seriam desmontados, entretanto, de forma tão fácil.

### **3.1.4 – O Final do Regime Militar**

Em março de 1979, iniciou-se o governo do general Figueiredo, último presidente do regime militar. A equipe econômica de Figueiredo era constituída



inicialmente por Karlos Rischbiter, no Ministério da Fazenda, e Mário Henrique Simonsen, deslocado da Fazenda para o Planejamento. Delfim Netto, após ocupar a embaixada brasileira em Paris, durante o governo Geisel, voltou ao país para assumir o Ministério da Agricultura.

Logo no início do governo, travou-se uma luta política para definição dos rumos da economia. Para Lacerda (2006), as correntes desenvolvimentistas quase sempre se impuseram, consequência do grande dinamismo potencial de crescimento de nossa economia, bem como o amplo apoio da sociedade a esse tipo de política.

Em pouco tempo, Delfim Netto substituiu Simonsen no Ministério do Planejamento e, entre agosto de 1979 e outubro de 1980, tentou reeditar o milagre econômico, apesar da situação externa adversa. Contudo, o advento de mais um choque do petróleo, somado ao dos juros externos e à recessão mundial, transformou o gestor do milagre em gestor de uma política econômica profundamente recessiva.

Lacerda (2006) destaca que a política econômica inicial foi de orientação heterodoxa, baseada no controle dos juros, na maior indexação dos salários, que passaram a ser reajustados semestralmente e por faixas, e na desvalorização cambial de 30% em dezembro de 1979. Além disso, foram prefixadas as correções monetária e cambial, para 1980, a taxas bastante inferiores a inflação de 1979.

Para Lacerda (2006), a retomada desenvolvimentista foi impulsionada pela manutenção dos investimentos nos setores de energia e de substituição de importações de insumos básicos e nas atividades voltadas para exportações, especialmente a agricultura. O crescimento do PIB atingiu 9,1% em 1980, gerando fortes pressões sobre o balanço de pagamentos, que levaram à rápida reversão da política macroeconômica no final daquele ano.

Essa tentativa de reedição do Milagre Econômico foi extremamente criticada, sendo que essa política levou a um agravamento da recessão do período seguinte, quando a situação externa e interna foram muito desfavoráveis. Em 1980, houve grandes dificuldades para financiar o déficit em transações correntes de US\$ 12,8 bilhões, resultando em uma queda de US\$ 3 bilhões no nível de reservas. A grave deterioração das contas externas provocou uma guinada radical: a política

macroeconômica a partir daí se voltaria para o controle da absorção interna, reduzindo as necessidades de divisas estrangeiras.

### 3.2 – A DÉCADA DE 80 E 90, O BAIXO CRESCIMENTO E ALTA INFLAÇÃO E OS PLANOS ECONÔMICOS

As décadas de 80 e 90 foram marcadas por fortes instabilidades no cenário econômico brasileiro. Durante essa década muitas medidas intervencionistas foram implementadas e uma série de preocupações começaram a alertar as equipes econômicas dos diversos governos do período.

Uma das características que mais ganha destaque nesse momento é a inflação na economia brasileira. Apesar de ter sido encarada em diversos momentos, a inflação não foi o problema central da equipe econômica. Esta variável costumava ser deixada em segundo plano, sendo que o crescimento era o principal objetivo até então. Logo no início da década de 1980, uma recessão desafiou a equipe econômica do final do regime militar, que queria uma retomada do crescimento visto no momento anterior. O gráfico abaixo da evolução da renda *per capita* ilustra a grande instabilidade do período em questão, apresentado a recessão do início da década de 1980, a retomada do crescimento em 1984 e a volta da redução da renda no início da década de 1990:

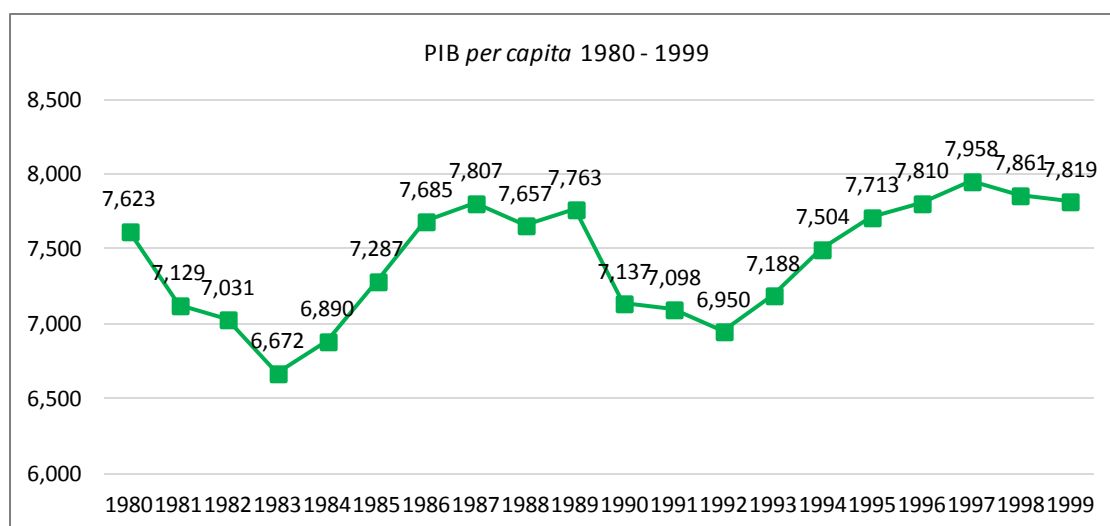


Gráfico 4 – Evolução da renda *per capita* nas décadas de 1980 e 1990.  
Fonte: Barro & Ursúa.

### **3.2.1 – A Recessão da Década de 1980**

Para Lacerda (2006), a política econômica adotada no final de 1980 e ao longo de 1981 seguiu os manuais da ortodoxia: controle das despesas públicas e dos gastos das empresas estatais; aumento da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Operações Financeiras nas operações de câmbio para importação; e uma violenta contração da liquidez real e do crédito, com exceção da agricultura, cujo volume de crédito seria expandido. Ainda segundo Lacerda (2006), em razão dessas medidas, registrou-se uma queda de 4,3% no PIB em 1981. Entretanto, a inflação não sofreu grandes reduções.

A moratória mexicana de 1982 tornou ainda mais dramáticas as pressões sobre a economia. O superávit comercial foi reduzido para US\$ 780 milhões, em função de uma queda de US\$ 3,1 bilhões nas exportações, que alcançaram US\$ 20,2 bilhões em 1982, contra US\$ 23,3 bilhões no ano anterior.

Em 1983, prosseguiu a política de contração da demanda. A maxidesvalorização cambial de 30% efetuada em fevereiro de 1983, associada a um choque agrícola, acelerou a inflação, que atingiu a marca anual de 211%. A queda do PIB foi de 2,9%, enquanto o produto industrial caiu 5,2%, provocando uma taxa de desemprego de 7,5% entre o pessoal ligado à produção. O setor de bens de capital sofreu uma queda de 19%, acumulando uma retração na produção de 55% no período 1981-1983. Para Lacerda (2006), ampliação da capacidade produtiva desse setor, ocorrida com o II PND, foi praticamente pulverizada. A recessão de 1981-1983 provocou uma perda de 11% na renda *per capita*, situação somente enfrentada pelo país na Grande Depressão de 1929.

### **3.2.2 – Os Planos de Estabilização Econômica e a Intervenção no Combate à Inflação**

Vale destacar que nesse momento não serão destacados todos os planos do período. O momento foi marcado por uma série de planos diante da instabilidade econômica e também política que não alcançaram seu objetivo primordial, a redução da inflação e também não foram capazes de retomar o crescimento sustentado. Todos esses planos culminaram, em 1994, no Plano Real, considerado um dos mais bem-sucedidos planos de estabilização econômica da economia brasileira. O objetivo

dessa parte do trabalho é trazer uma breve revisão de algumas das medidas tomadas no período. O Capítulo 05 será responsável por relacionar essas e outras medidas a Escola Austríaca.

A economia brasileira atravessou, durante os anos 1980, uma profunda crise caracterizada por estagnação econômica e altas taxas de inflação. A renda *per capita*, em 1994, encontrava-se no mesmo nível de 1980. A inflação alcançou níveis elevadíssimos nesses 15 anos. Foi a mais grave crise econômica do país desde sua independência, sendo pior que a dos anos 1930.

Em um primeiro momento – entre 1981 e 1983 –, a diminuição no ritmo de crescimento foi atribuída ao esforço de ajustamento imposto pela crise da dívida. Numa segunda etapa – 1984 a 1986 –, a balança comercial foi reequilibrada devido à desvalorização cambial, e o país voltou a crescer, embora baseado no aumento do consumo. Porém, a partir de 1987, com o fracasso do Plano Cruzado e a moratória da dívida externa, ela voltou a se manifestar. Nos anos 1987 e 1988, houve ajustes moderados. Em 1989, houve um crescimento tipicamente populista, que perduraria até o início de 1990.

Lacerda (2006) destaca que a inflação já vinha se acelerando desde meados da década anterior, mas essa tendência realmente se acentuou a partir do início dos anos 1980. No período de grande crise, a inflação, de caráter essencialmente inercial, aumento por patamares, ameaçando tornar-se explosiva em determinados momentos. As máximas desvalorizações de 1979 e 1983 foram responsáveis pela elevação do patamar inflacionário de mais ou menos 100% para 200% ao ano. Depois do fracasso do Plano Cruzado, a inflação passou a ser medida em termos mensais, não anuais. Depois do fracasso do Plano Cruzado, a inflação passou a ser medida em termos mensais, não mais anuais. Na segunda metade da década, girou em torno de 20% ao mês, interrompida por sucessivos e malogrados planos de estabilização. Muitos desses planos utilizou o choque heterodoxo que baseava-se no forte controle de preços. Essa medida em especial será melhor analisada a frente. No final da década, a inflação entrou em rota explosiva, culminando num processo hiperinflacionário ao final de 1989 e início de 1990, quando a inflação chegou a ultrapassar a marca de 70% ao mês. Depois do fracasso do Plano Collor, em 1990, a inflação regressaria ao patamar de 20% ao mês até meados de 1993, e então voltaria

a crescer. Às vésperas do Plano Real, a taxa de inflação mensal estava próxima dos 50%.

### **3.2.3 – O Plano Real**

No começo dos anos 1990, o Brasil passou por uma forte onda de abertura comercial e de privatizações com tentativas de se reduzir os gastos da máquina estatal. Ainda assim, o governo ainda estava longe de conseguir uma estabilização da economia. A economia brasileira permanecia com altos índices de inflação e um baixo crescimento.

Em 1993, o ministro da Economia do governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, implementou um plano econômico de estabilização conhecido como Plano Real, apoiado por uma equipe de economistas, dentre os quais se incluem Gustavo Franco, Winston Fritsch, André Lara Resende, Edmar Bacha e Pércio Arida.

Lacerda (2006) destaca que o Plano de Estabilização Econômica, ou Plano Real, foi concebido e implementado em três etapas:

- a) Estabelecimento do equilíbrio das contas do governo, objetivando eliminar a principal causa da inflação.
- b) Criação de um padrão estável de valor, a Unidade Real de Valor (URV).
- c) Emissão de uma nova moeda nacional com poder aquisitivo estável, o real.

Distinguindo-se de maneira significativa dos planos econômicos que o precederam, o Real não incluiu congelamento de preços. Assim, de início, o governo livrava-se do verdadeiro pesadelo representado pela recorrente utilização de ações judiciais contra quebra de contratos, como sucedera nas experiências anteriores de estabilização.

O Plano Real constituiu-se de três fases:

A primeira fase do plano real é o Programa de Ação Imediata (PAI), que começou a ser executado durante a gestão do presidente Itamar Franco. O maior objetivo desse momento do Plano era a estabilização e reestruturação das contas

públicas. Nesse momento as principais medidas foram a continuidade das privatizações, redução dos gastos da União, recuperação da receita tributária, equacionamento das dívidas de estados e municípios com a União, controle mais rígido sobre os bancos estaduais e o saneamento dos bancos federais.

A fase dois do Plano foi a implementação da Unidade Real de Valor (URV). A URV, conforme colocado por Lacerda (2006), serviu como transição para a introdução de uma nova moeda. A URV teria como objetivo proporcionar aos agentes econômicos uma fase de transição para a estabilidade de preços. A URV foi utilizada para restaurar a função de unidade de conta da moeda, que havia sido destruída pela inflação, bem como para referenciar preços e salários. Dessa forma, a URV provocava uma indexação generalizada da economia.

A última fase do plano consistiu, uma vez que grande parte dos valores havia sido convertida para a URV, a implantação de uma nova moeda: o Real. A apresentação da nova moeda foi feita por meio da Exposição de Motivos da Medida Provisória do Real, em que se esclareciam as regras para sua introdução e teciam-se considerações sobre o quadro inflacionário vigente e a importância da estabilização.

### 3.3 – O GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Conforme coloca Lacerda (2006), o nível de atividade econômica e a sua instabilidade continuou a ser um dilema da economia brasileira do final da década de 1990 e início da nova década. Após um crescimento de 4,5% em 2000, o PIB brasileiro cresceria apenas 1,5% em 2001. O gráfico abaixo mostra a evolução da renda *per capita* no Brasil de 2000 a 2009 (último ano de análise da renda *per capita* desse trabalho):

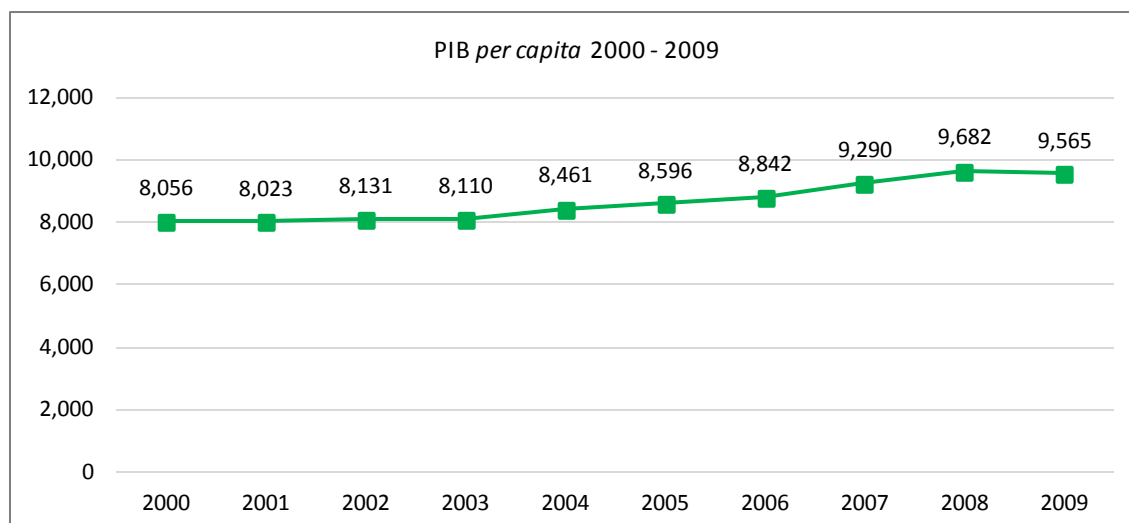


Gráfico 5 – Evolução da renda *per capita* nas décadas de 1980 e 1990.  
Fonte: Barro & Ursúa; FMI.

O ano de 2002 foi marcado pela disputa política, no âmbito das eleições gerais que ocorreriam no final do ano, especialmente pela Presidência da República. O embate final do segundo turno ficou entre o candidato da situação José Serra, do PSDB e Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, que concorria pela quarta vez seguida e acabou saindo vitorioso na disputa.

### 3.3.1 – O Primeiro Governo Lula (2003-2006)

O início do governo Lula foi marcado por tentativas de acalmar os ânimos de investidores sobre o possível comportamento de um governo de esquerda no Brasil. Apesar de uma série de especulações a respeito de como Lula conduziria a sua política econômica, seu primeiro governo manteve as características do governo anterior, com a manutenção do tripé macroeconômico, isto é, mantendo as metas de superávit, metas de inflação e o câmbio flutuante. O primeiro governo Lula caracterizou-se pela baixa inflação, que ficou controlada, redução do desemprego e recordes na balança comercial.

Apesar de aparentemente positiva, a economia não estava tão bem quanto se espera. A taxa de crescimento do PIB de 2003 a 2006 foram tímidas, numa conjuntura em que a economia mundial crescia praticamente o dobro e os principais países emergentes, três vezes mais. É importante destacar que, para Paulo Roberto de Almeida (2010), durante o governo Lula, houve um aumento constante da carga fiscal.

Isso aconteceu para sustentar o comportamento fiscalmente irresponsável do governo, que constantemente aumentou os gastos.

### **3.3.2 – O Segundo Governo Lula (2007-2011)**

No segundo mandato a situação fiscal continuou a se deteriorar. A troca da equipe econômica de Antonio Palocci, considerada mais ortodoxa, pela de Guido Mantega, mais desenvolvimentista resultou em mudanças na condução da economia. O controle da inflação tornou-se um pouco menos intenso. É importante destacar aqui que a crise de 2008/2009 não afetou o Brasil com grande força, muito devido aos estímulos do governo. Apesar de uma recessão do PIB de -0.6% em 2009, o país mostrou grande crescimento no ano de 2010 com 7,5% de aumento.

### **3.4 – O GOVERNO DILMA E O MOMENTO ATUAL (2011-2014)**

O governo Dilma manteve a equipe econômica do governo anterior e, junto com Guido Mantega no Ministério da Fazenda, tem aumentado cada vez mais o tamanho da máquina pública e intervém de forma consistente na economia. Um dos muitos exemplos da atual política é o número recorde de ministérios, ao total 39, que tem um custo anual de R\$ 58 bilhões. É evidente o inchaço do governo, que passa de 24 ministérios em 2002 para 39 atualmente.

Dilma já deu diversas sinalizações de que o tripé macroeconômico não é de suma importância em seu governo. A inflação, apesar do que afirma o governo, cresce a passos largos e, apesar de dentro da meta, está sempre acima do centro desta. No início do governo Dilma, houve uma diminuição artificial da taxa de juros que levou a um aumento da inflação que não foi acompanhado por um aumento da taxa de investimentos.

As perspectivas para a economia, que não cresce de forma sustentável, não são boas no longo prazo, a medida que o governo intervém setorialmente na economia para contenção do processo inflacionário, as taxas de juros sobem repetidamente, enquanto o câmbio, apesar de muito desvalorizado, não melhora a balança comercial que apresenta déficits elevados em seus resultados recentes. Um indicador porém, que está em seu melhor momento da história é a taxa de desemprego, que encontra-se a um nível baixíssimo. Há contudo, a preocupação que



essa taxa atual não seja sustentável, uma vez que o crescimento da renda é cada vez menor.

As medidas tomadas e suas consequências serão melhor analisadas e relacionadas ao crescimento de curto e longo prazo no capítulo 05, capítulo destinado ao estudo e comparação dos resultados da política intervencionista.

#### 4. – AS POLÍTICAS LIBERAIS CHILENAS – UMA BREVE REVISÃO LITERÁRIA

O Chile é um dos grandes exemplos de liberalismo econômico. Seu modelo econômico o torna um excelente país para que possamos fazer uma análise comparativa das políticas intervencionistas e liberais. O Chile aparece no *ranking* da *Herritage Foundation* como 7º país mais liberal economicamente, tendo crescido, em pouco mais de 20 anos, 209%, com expressivo equilíbrio macroeconômico.

Esse capítulo visa fazer uma revisão literária da política econômica adotada pelo Chile e de sua implementação, analisando os resultados de longo e curto prazo. O objetivo dessa revisão é dar suporte ao capítulo 05, capítulo aonde este trabalho se dedicará a comparação direta dos resultados práticos da política econômica adotada, tanto no Chile, como no Brasil. Sendo assim, o período estudado nesse Capítulo irá desde o Regime Militar do General Pinochet, em 1973, momento que marcou a implementação da política liberal, até o período atual. O gráfico abaixo mostra a evolução da renda *per capita* no Chile, desde 1964, até 2009:

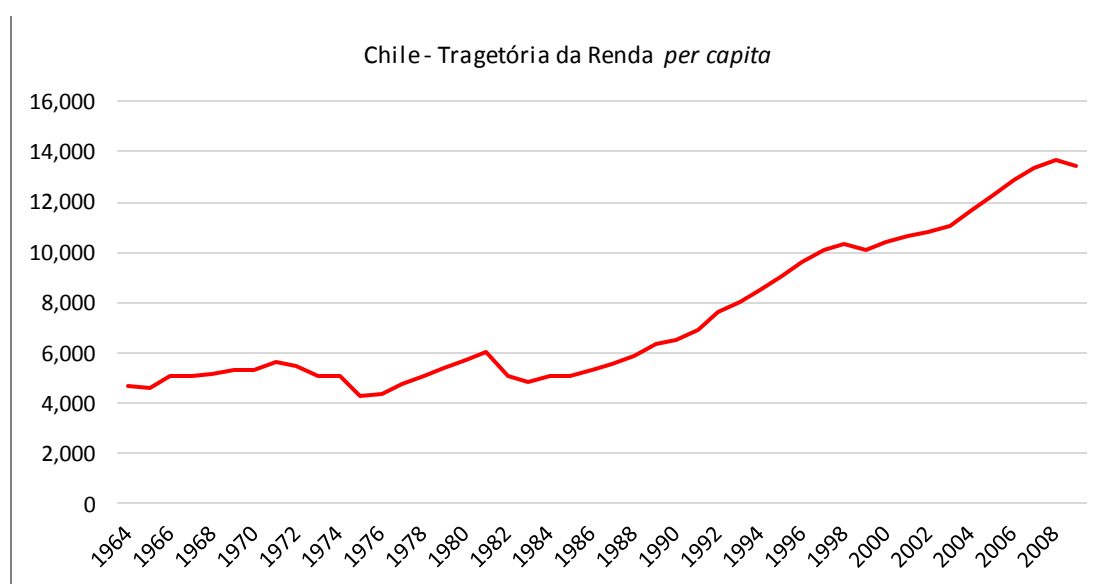


Gráfico 6 – Evolução da renda *per capita* chilena. 1964-2009

#### 4.1 – O REGIME MILITAR (1973-1990)

Desde Agosto de 1973, setores da Marinha e Força Aérea preparavam um golpe de estado contra o governo de Allende, lideradas pelo vice-almirante José Merino e o general Gustavo Leigh. Em 21 de agosto, Carlos Prats renuncia o posto de Comandante em Chefe. Em seu lugar assume Augusto Pinochet no dia 23, considerado um general leal e apolítico.

Após um golpe de estado que resultou na morte do então presidente Allende, o decreto de lei Nº 1, de 11 de setembro de 1973 coloca Augusto Pinochet como presidente da Junta de Governo na condição de Comandante em Chefe. Esse cargo então finalmente se torna permanente em 27 de junho de 1974. Essa data marca o momento aonde Pinochet assume como “Chefe Supremo da Nação”, cargo que seria futuramente substituído por Presidente da República.

No cenário econômico, conforme colocado por Ricardo Rondinel, Claudia Sonaglio e Ledi Pedroso (2005), a política do governo socialista de Allende é abandonada. A nova política econômica implementada dá destaque à abertura da economia chilena aos capitais externos. Isto foi fundamental e sentou as bases do crescimento econômico com estabilidade, observado na economia do Chile na segunda metade dos anos 80 e na década de 90. Ainda segundo os autores, o país cresceu puxado pela expansão do setor externo, e pelo desenvolvimento de mecanismos internos de poupança, como os fundos de pensões. O gráfico abaixo ilustra o crescimento da renda *per capita* no Chile durante o Regime Militar:

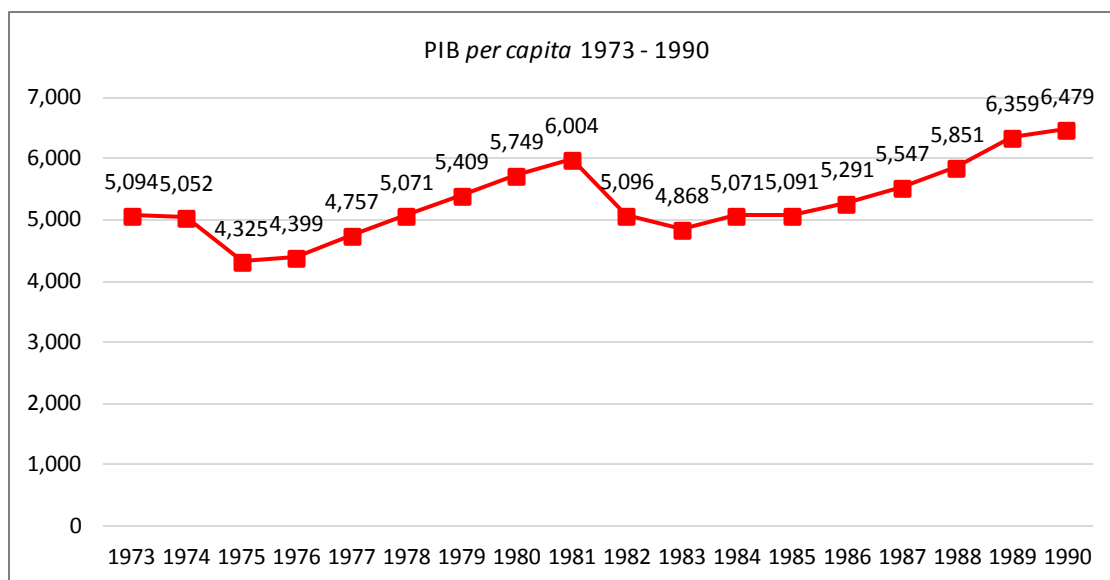


Gráfico 7 – Evolução da renda *per capita* chilena. 1973-1990  
Fonte: Maddison on-line.

#### 4.1.1 – A Transição para o Livre Mercado (1973-1982)

A transição forçada e abrupta ao livre mercado foi, em um primeiro momento, diretamente sentida na economia. No curto prazo uma recessão profunda atingiu a economia chilena. No médio e longo prazo porém, essas seriam as bases para o consistente ganho de produtividade visto na economia chilena que resultariam em uma alta taxa de crescimento.

Conforme colocado por Edwin Williamson (2012), após 40 anos de desenvolvimento conduzido pelo Estado e de uma crônica inflação elevada, o restabelecimento súbito do liberalismo econômico provocou uma recessão que resultou em milhões de pessoas na pobreza. A privatização de grandes áreas do setor público, o qual sofrera uma enorme expansão tanto com Frei como com Allende, atirou para o desemprego grande parte dos trabalhadores das indústrias nacionalizadas e da burocracia. Outras características tradicionais do nacionalismo econômico dos anos 30 e 40 – como as elevadas taxas sobre bens importados, subsídios do Estado à indústria nacional e resistência ao capital estrangeiro – foram também abandonadas. Assim, com uma nova taxa única de apenas 10% e uma política de abertura ao capital estrangeiro, as superprotegidas companhias chilenas ficaram em desvantagem relativamente a concorrentes estrangeiros, e viram-se obrigadas a dispensar mão de obra. Nas regiões rurais, a agricultura foi novamente alvo de perturbações, à medida que as reformas agrárias de Frei e de Allende eram invertidas.

Em 1975, no ponto mais crítico da crise – que foi ainda agravada pela recessão mundial originada pela crise do petróleo da OPEP –, o PIB do Chile caiu 12,9% e a taxa de desemprego rondou os 17%, o triplo da média dos anos 60.

A justificativa oficial para a recessão, segundo Williamson (2012), foi a de que não havia alternativa se o Chile queria corrigir os alegados erros cometidos em várias décadas para não incorrer em desastres ainda piores no futuro. Os conselheiros econômicos do general Pinochet eram tecnocratas jovens, apologistas da teoria econômica liberal que estava novamente em voga. Muitos deles vinham da Universidade de Chicago, onde haviam sido alunos do Prof. Milton Friedman. Segundo os *Chicago boys*, como eram ironicamente designados os neoliberais chilenos pelos seus opositores, a persistente intervenção do Estado na economia originara distorções de que eram exemplo a hiperinflação, os elevados déficits orçamentários e a estagnação da produção. O Chile seria o primeiro país a tentar um retorno aos princípios econômicos liberais clássicos que a América Latina desprezara desde os anos 20. O regime de Pinochet deu, assim, início a reconversão ao capitalismo de livre mercado.

Ainda segundo Williamson (2012), o regime pretendia que as políticas neoliberais levassem a uma recuperação rápida depois de um inevitável período de recessão, mas os resultados das medidas implementadas foram, na verdade, bastante diversos. Os anos 1976-81<sup>1</sup> assistiram sinais de recuperação, depois da crise econômica que o país sofrera após o golpe. De um pico de mais de 600% em 1973, a inflação caiu para 31,2% em 1980 e para uns escassos 8,9% em 1981; a taxa de crescimento registrou uma média de 8% ao ano; o setor das exportações começou a crescer e a diversificar-se, afastando-se da sua tradicional dependência da exploração de cobre. Mas a taxa de desemprego não desceu muitos do 17% e o valor real dos salários aumentou muito lentamente durante o período.

---

<sup>1</sup>Período também conhecido como “*Milagre Chileno*” ou “*Boom*”.

#### **4.1.2 – A Recessão de 1982-1984 e a Recuperação Econômica de 1985**

O período de 1982 a 1984 foi marcado por uma forte crise na economia chilena. Willianson (2012) destaca que a recessão de 1982-4 privou Pinochet da oportunidade de normalizar o regime; a sua autoridade continuou a ser vista como ilegítima, bem como entre a classe trabalhadora e os mais desfavorecidos, o apoio aos partidos políticos clandestinos aumentou, e a resistência a Pinochet tornou-se aberta e violenta. Greves e dias de protesto abalaram o regime e levaram à expectativa de que Pinochet pudesse ser derrubado ou, pelo menos, persuadido a afastar-se.

Ainda segundo Willianson (2012), a partir de 1985, as possibilidades de derrubar Pinochet foram-se tornando mais escassas. A oposição continuava dividida: o centro e os socialistas democráticos receavam associar-se aos comunistas e à esquerda revolucionária, que davam a impressão de estar demasiado identificados com o governo de Allende, e cuja política de resistência violenta afastava as classes médias. Mas o que tornava a tarefa da oposição muito mais difícil era o fato de a crise da dívida ter mergulhado toda a América Latina num período de depressão e austeridade; já não parecia convincente deitar as culpas pelos problemas econômicos do Chile exclusivamente a Pinochet. Além do mais, a economia chilena apresentou uma extraordinária melhoria ao longo do resto da década.

Para Ricardo Rondinel, Claudia Sonaglio e Ledi Pedroso (2005), em meados dos anos 80 começam aparecer os resultados, expressos em crescimento econômico, da política econômica implementada no Chile desde 1973. A partir de 1985 o então Ministro das Finanças, Hermán Buchi, assumiu o controle da política econômica chilena. Este implementou um programa de ajuste estrutural deslocando o polo dinâmico da economia ao setor exportador, buscando a recuperação do crescimento e a estabilização dos preços, num contexto de acesso restrito ao mercado internacional de capitais.

Ainda de acordo com Ricardo Rondinel, Claudia Sonaglio e Ledi Pedroso (2005), esta política foi apoiada por desvalorizações da taxa de câmbio real e um aumento nas tarifas e sobretaxas de importação, além de políticas redutoras de demanda agregada que conduziram a uma diminuição de uso da capacidade produtiva do país. A recuperação da economia somente ocorreu a partir de 1988,

quando houve a concessão de incentivos cambiais e tarifários à produção de produtos comercializáveis internacionalmente.

No meio político, Pinochet ainda não estava disposto a abrir mão de seu poder e influência. Conforme previsto pela Constituição, haveria eleições presidenciais em 1989; mas Pinochet decidiu realizar uma consulta popular em outubro de 1988 para determinar se o povo o queria como presidente até 1997. Pinochet perdeu o plebiscito, apesar de ter arrecadado 42% dos votos, uma percentagem substancial.

Para Willianson (2012), ter conseguido uma maioria de votos negativa no plebiscito de 1988 foi uma grande vitória para a oposição, que continuava, no entanto, dividida quanto à sucessão de Pinochet. À esquerda, comunistas, trotskistas e a ala marxista do partido socialista rejeitavam qualquer acordo com elementos do Exército e do regime. Contudo, uma Aliança Democrática liderada pelos democratas cristãos, o partido que se estimava ter o mais amplo apoio popular no Chile, e que incluía a conservadora União Democrática Independente e a ala democrática do Partido Socialista, aceitou negociar com representantes do governo para definir os termos da transição para a política democrática. Uma transição deste tipo tinha apoios no Exército, na elite tecnocrática e na comunidade empresarial, pois já se tornara claro que Pinochet nunca obteria a legitimidade política essencial para que a recuperação econômica do Chile ganhasse uma base sólida. Quanto aos democratas cristãos, liderados por Patricio Aylwin, o seu candidato à presidência, aceitavam uma economia mista, em que o Estado não intervisse mas, antes, encorajasse a iniciativa privada. Nas eleições que se realizaram em dezembro de 1989, Aylwin venceu com 55% dos votos.

Por fim, ainda segundo Willianson (2012), no final dos anos 80, o Chile encaminhava-se para um consenso, entre as forças armadas e a grande maioria da oposição civil, relativamente aos princípios econômicos e políticos sobre os quais deveria ser edificado um Estado democrático moderno. No regime do general Pinochet, os *Chicago boys* tinham tentado criar uma economia dinâmica de livre mercado, numa experiência que teve grandes – alguns dirão intoleráveis – custos humanos. Mas uma modernização econômica como a que fora alcançada dificilmente seria duradoura sem o sustentáculo de um Estado legítimo, baseado em instituições livres representativas, e em sistemas modernos de assistência social e igualdade

entre os cidadãos. Só então o Chile poderia gabar-se com razão de estar, caso único da América Latina, prestes a tornar-se uma nação desenvolvida.

#### 4.2 – A VOLTA A DEMOCRACIA E O CRESCIMENTO SUSTENTADO

A análise nesse momento será um pouco diferenciada em relação a utilizada no caso brasileiro. Em vez da divisão explícita de governos que, no caso do Brasil, possuem grandes diferenças de política econômica, o foco aqui serão as medidas utilizadas durante cada governo.

O retorno do Chile a democracia foi marcado pela entrada de Patricio Aylwin no governo em 11 março de 1990. Esse momento daria início a um grande e sustentado crescimento da renda *per capita* no Chile. O gráfico abaixo mostra a evolução da renda *per capita*, desde a redemocratização até o ano de 2009 (último ano de análise da renda *per capita* desse trabalho):

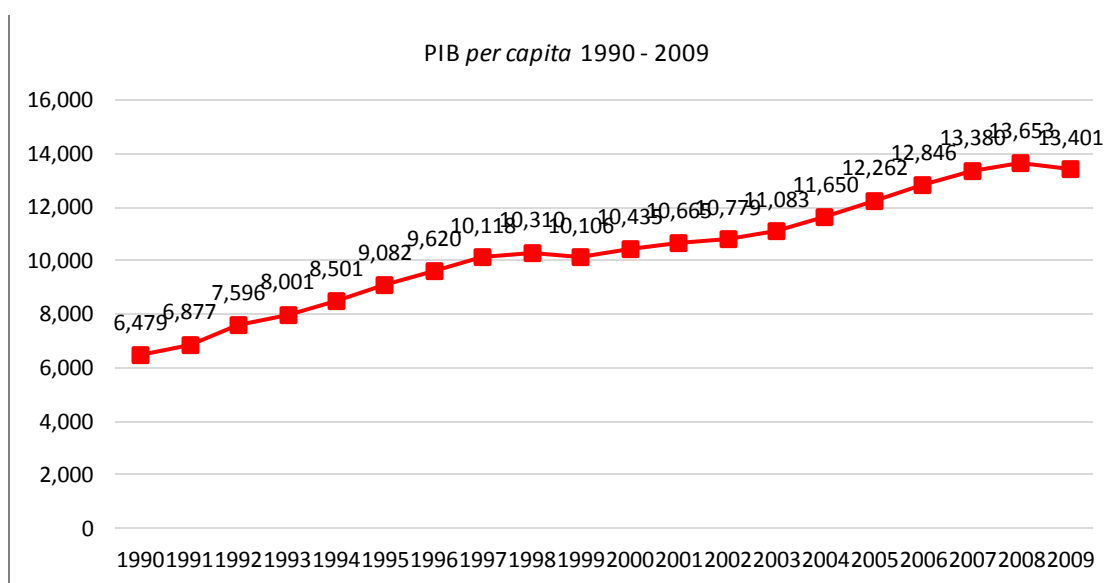


Gráfico 8 – Evolução da renda *per capita* chilena. 1990-2009  
Fonte: Maddison on-line; FMI.

No Chile, conforme coloca Carlos Henneus (2005), os três (até a realização do trabalho do autor) governos democráticos – Patricio Aylwin (PDC, 1990-1994); Eduardo Frei Ruiz Tagle (PDC, 1994-2000), e Ricardo Lagos (PS/PPD, 2000-2006) – tiveram um bom desempenho econômico, com uma drástica redução da inflação, taxas moderadas de desemprego e altos níveis de crescimento, que permitiu uma importante redução da pobreza e da extrema pobreza.

O instrumento-chave, conforme explicitado por Ricardo Rondinel, Claudia Sonaglio e Ledi Pedroso (2005), do programa de ajuste implementado no Chile foi a desvalorização cambial, voltada à promoção das exportações. A taxa de câmbio fixada pelo Banco Central variava a cada mês, de acordo com o diferencial entre a inflação interna e externa, ou seja, seguindo o critério paridade de poder de compra (*parity purchase power*) esta política somaram-se desvalorizações discretas que permitiram uma desvalorização significativa até início dos anos 90.

Ainda segundo esses autores, a taxa de câmbio efetiva real se deprecia até início dos anos 90. De 1990 até 1997, ocorre uma apreciação cambial do peso chileno, face à entrada significativa de capitais do exterior. De acordo com dados da Cepal, no período referido anteriormente o Chile apresentou um déficit em conta corrente de US\$ 14 bilhões, financiado com uma entrada líquida de capitais de US\$ 30 bilhões (14 de IED, 5 de investimentos em carteira e 11 de capitais de curto prazo). Com isto o país acumulou um superávit no balanço de pagamentos de US\$ 16 bilhões que provocou uma apreciação cambial do peso chileno. Graças aos ganhos de competitividade as exportações continuaram seu ritmo de expansão.

No período seguinte, entre 1998 e 2003 a taxa de câmbio efetiva real, mostra sinais de depreciação e a balança comercial continuou melhorando até que em 2003 e 2004 teve melhorias muito significativas. De acordo com dados do Balanço de Pagamentos do Chile, entre 1998 e 2003, o déficit em conta corrente foi de US\$ 7,2 bilhões, financiados com uma entrada líquida de capitais de US\$ 3,8 bilhões (13 de IED, -11 de investimentos em carteira e 1,8 de capitais de curto prazo) com o qual o balanço de pagamentos global apresentou um déficit de US\$ 3,4 bilhões. Ou seja, houve uma saída de capitais em carteira que se afastaram em função da crise de final dos anos 90 e, por outro lado, os capitais de curto prazo tiveram uma diminuição expressiva de fluxo de US\$ 11 bilhões, no período anterior, para US\$1,8 no período recente (Ricardo Rondinel, Claudia Sonaglio e Ledi Pedroso, 2005).

Não somente a promoção das exportações merece destaque na política de “restauração” econômica empregada no Chile. Outro aspecto fundamental do programa de ajuste foi a retomada dos investimentos produtivos. O bem sucedido programa de troca da dívida por capital, e a abertura “seletiva” da conta de capitais, com taxações sobre os capitais de curto prazo, permitiu que mesmo depois da



transição para o governo democrático (em 1990), as bases da política econômica fossem mantidas, visando “encaixar” os fluxos de capitais externos nas engrenagens da macroeconomia do crescimento (Ffrench-Davis & Griffith-Jones, 1997).

No Chile, os investimentos externos retornaram voluntariamente em 1987, apresentando volumes crescentes até 2000, dentre os fatores internos que explicam o crescimento do influxo de capitais externos ao Chile, destacam-se o consistente crescimento econômico experimentado pelo país desde meados da década de oitenta e o contexto de estabilidade política, com a restauração da democracia, que se refletiram em uma redução do “Prêmio de Risco” requerido pelos investidores internacionais para investirem em ativos no país (Veloso, 1996).

Outro fator que diferencia o Chile dos demais países latino-americanos é o direcionamento dos investimentos externos. Neste país os investimentos priorizados destinam-se ao desenvolvimento de novos projetos, ao contrário dos demais, onde os fluxos são vinculados à compra de empresas já existentes. Cabe lembrar que o processo de privatização do Chile ocorreu no período de 1970-1980, onde as empresas estatais foram privatizadas (Agosin, 1999).

Uma das mais importantes fontes de crescimento da economia chilena desde meados dos anos oitenta, foi o aumento da taxa de investimento. A evolução desta taxa apresenta um crescimento sustentado com pequenas interrupções nos anos 1994-1995 e 1999-2000. A taxa passa de 17% em 1985 para 28% em 1993 graças entrada de IED. Os níveis médios de investimento entre 1985 e 1990 são considerados elevados quando comparados com os indicadores históricos da economia chilena, assim como com outras economias em similar nível de desenvolvimento (Marshall, 2003).

Vale destacar que, como colocado por Ricardo Rondinel, Claudia Sonaglio e Ledi Pedroso (2005), a partir de 2000, começam apresentar-se resultados expressivos dos Acordos de Livre Comércio assinados pelo Chile. Assim as exportações passam de US\$17 bilhões, em 2002, para US\$32 bilhões, em 2004, um aumento de 83% em dois anos. A maior expansão comercial se dá com o Canadá (196%), logo China (163%), Coréia do Sul (156%), Japão (93%) e União Européia (84%). Em contraposição o comércio com os Estados Unidos cresce apenas 31% e com ALADI

47%. Conforme foi mostrado a maior expansão comercial se deu com países asiáticos apesar da grande expectativa que existia em relação ao acordo comercial com os EUA.

Todas essas medidas, aliadas a instituições consolidadas e a uma expressiva liberdade econômica dão ao Chile destaque na economia internacional e sugerem um futuro muito positivo ao país, candidato a ser o primeiro país desenvolvido da América Latina.

## **5. – O INTERVENCIONISMO BRASILEIRO E O LIBERALISMO CHILENO – COMPARANDO AS POLÍTICAS NO CURTO E NO LONGO PRAZO**

O Brasil e Chile são países que adotaram políticas muito diferentes ao longo de sua história. Enquanto o Chile se destaca na América Latina pela adoção de reformas liberais, o Brasil manteve uma agenda intervencionista e desenvolvimentista. Apesar de suas diferenças a comparação entre os países é extremamente válida, principalmente devido a suas semelhanças do ponto de vista histórico. Ambos os países passaram por ditaduras militares, o Brasil em 1964 e o Chile em 1973 e ambos estão na América Latina, “região do mundo onde mais se questiona o conhecimento econômico convencional e também, por pura coincidência, a única região do planeta onde a cultura ocidental não trouxe riqueza, mesmo com décadas de paz.” (Roberto Ellery, 2013).

Os resultados são bem claros. Enquanto o Chile se destacou como exemplo de crescimento e desenvolvimento, o Brasil continua a patinar com sua economia. O gráfico abaixo representa a evolução da renda *per capita* desses países desde 1964 até 2009:

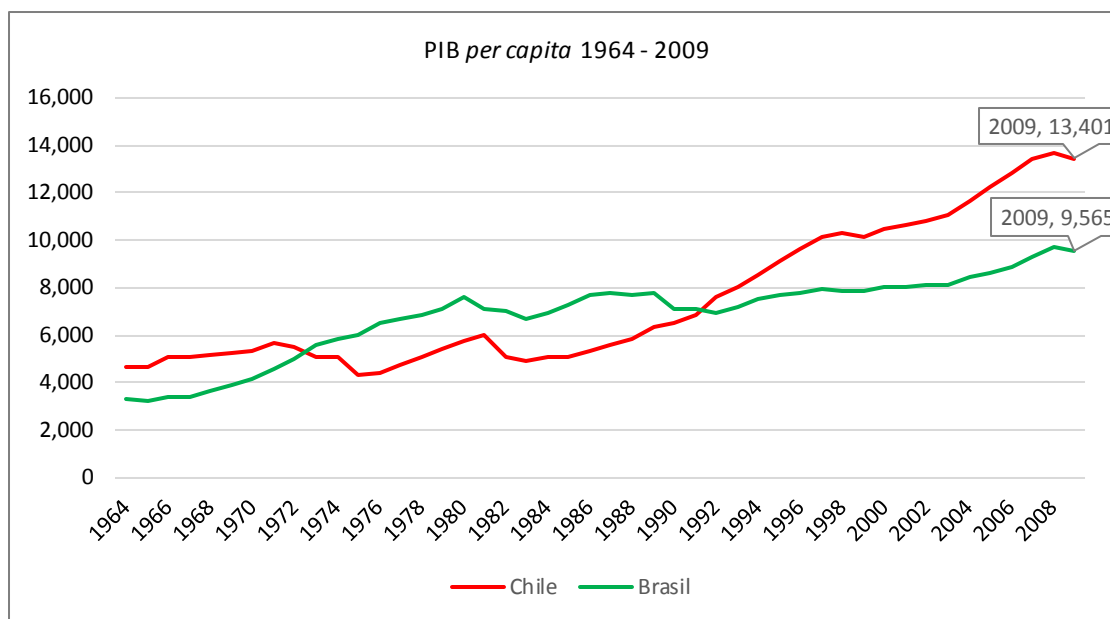


Gráfico 9 – Evolução da renda *per capita*. 1964-2009  
Fonte: Maddison on-line; FMI; Barro & Ursúa.

É importante notar que, no início o Chile era mais rico que o Brasil, porém este cenário mudou em 1973, quando o Brasil passou o Chile. Em 1992 porém, o Chile passou o Brasil novamente e abriu uma larga diferença, muito maior que a diferença entre os países no momento anterior.

É necessário ainda, que ao final da década de 90 a série de reformas presentes na economia brasileira resultaram em uma retomada do crescimento. Conforme colocado por Roberto Ellery:

“Notem que o Brasil retoma o crescimento no começo da década de 1990 e que este crescimento começa a tomar força em 2003. A década de 1990 no Brasil corresponde ao período entre 1973 e 1983 no Chile. Neste tempo foram feitas reformas importantes que tiraram o Brasil de uma década de estagnação e nos colocaram no caminho do crescimento. Não um crescimento concentrador de renda como o da década de 1970, um crescimento acompanhado de distribuição de renda e de ganhos de produtividade, modestos, mas ainda assim ganhos. Ao abandonar a agenda de reformas e optar pela volta do desenvolvimentismo a presidente Dilma está tirando o Brasil da trajetória chilena e nos condenando a repetir o passado. É um erro grave.” (ELLERY, Roberto. *A História de Duas Cidades*, Brasília, <http://rgellery.blogspot.com.br/2013/09/a-historia-de-duas-cidades.html>, 2013)

Antes de continuar é importante destacar que a escolha de política econômica não justifica um governo que retire as liberdades civis de sua população. Isto é, se um ditador tem boas escolhas do ponto de vista de política econômica isso não justifica, de nenhuma forma, a ditadura.

## 5.1 – O CONTROLE DE PREÇOS, A INFLAÇÃO E AS MEDIDAS TOMADAS DURANTE OS PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA NO BRASIL

Além de ser marcada pelo baixo crescimento, as décadas de 80 e 90 no Brasil mudam o foco da política econômica que destina-se a frear o processo inflacionário. Diferente do Chile que adota reformas na década de 70 que, juntas ao choque monetarista, trazem uma inflação baixa e um crescimento sustentável, a política econômica no Brasil foca em diversos momentos em um controle direto de preços, apostando nesse método para conseguir segurar a alta dos preços. O chamado Choque Heterodoxo foi utilizado de forma direta em pelo menos cinco grandes planos econômicos, além de em menor escala em outros momentos. Um dos exemplos mais expressivos do uso desse controle de preços foi o primeiro grande plano econômico após a redemocratização, o Plano Cruzado.

Para Eduardo Modiano (1990), a análise do Plano Cruzado pode dividir-se em três período. O primeiro período, que vai de março a junho de 1986, é caracterizado por uma queda substancial da inflação e também pelos primeiros indícios da existência de excesso de demanda na economia. O segundo período, que vai de julho a outubro de 1986, pode ser identificado pela total imobilidade do governo ante o agravamento da escassez de produtos e à deterioração das contas externas. Finalmente, o terceiro período, que vai de novembro de 1986 a junho de 1987, ratificou o fracasso do Plano Cruzado, com o retorno das altas taxas de inflação.

A análise de Eduardo Modiano é extremamente importante pois destaca as consequências de uma intervenção governamental, como é vista ainda hoje em muitos países latino americanos, de controle direto e indireto de preços, causando desabastecimento, aumento do mercado negro e postergando a inflação, que volta em um patamar ainda mais alto.

Em seu livro *Uma Crítica ao Intervencionismo*, Ludwig Von Mises já previa as consequências de um controle estatal de preços. Mises previa dois tipos de controles:

Os *Controles Sancionadores*, que, para Mises (1929) são aqueles controles que estabelecem preços tão próximos aos que o mercado livre estabeleceria, que apenas consequências insignificantes poderiam surgir. Estes controles desempenham uma função simplesmente limitada, não alcançando consideráveis objetivos econômicos através da interferência das forças de mercado. O governo pode apenas aceitar os preços de mercado e sancioná-los com sua intervenção. Ocorre o mesmo, quando o governo impõe preços teto acima dos preços de mercado, e preços mínimos, abaixo dele.

Já os *Controles Genuínos*, conforme definido por Mises (1929), são aqueles que estabelecem preços diferentes daqueles que o mercado livre estabeleceria. Se o governo procurar fixar um preço acima do preço de mercado, normalmente recorrerá aos preços mínimos. Se o governo procurar fixar um preço abaixo do preço de mercado, normalmente imporá preços teto.

O tipo de intervenção vista no Brasil foi a do tipo *Controles Genuínos* e se enquadravam em sua maioria no caso do preço teto, aonde um máximo era estabelecido via um congelamento, na maioria das vezes inesperado, dos preços de mercadorias e serviços. Para entender as consequências desse tipo de medida é importante entender que, conforme Mises (1929), os preços que surgem naturalmente de um mercado livre, correspondem a um equilíbrio de todos os preços. Nesse ponto, preço e custo coincidem. Agora, se uma ordem do governo exigir reajuste, se os vendedores forem forçados a vender suas mercadorias a preços mais baixos, esse preço de venda será inferior aos custos do produto. Consequentemente, os vendedores ou refrearão as vendas – exceto quando se tratar de mercadorias perecíveis ou que percam seu valor – ou reterão estoque, na esperança de que o tabelamento seja logo suspenso. Em contrapartida, os compradores em potencial não poderão comprar a mercadoria desejada.

Durante os congelamentos de preços no Brasil foi exatamente isso que aconteceu, resultando em crises de desabastecimento e em um mercado paralelo que vendia ilegalmente as mercadorias a preços mais altos. Vale destacar o adendo a teoria feito por Mises (1929), aonde ele destaca que essa nunca é a intenção do governo. Por conseguinte, a tendência do governo é complementar os preços teto, ordenando que se venda toda a mercadoria por aquele preço, enquanto houver

estoque. Nesse ponto, os controles de preços enfrentam sua maior dificuldade. A intenção do mercado gera um preço é que oferta e procura tendem a coincidir. O número de compradores em potencial, dispostos a pagar o preço de mercado, é suficientemente grande para que todo o suprimento de mercado venha a ser vendido. Se o governo fizer descer o preço abaixo daquele que o mercado livre estabelecerá, a mesma quantidade de mercadoria enfrentará um número maior de compradores em potencial, que estão querendo pagar o preço oficial mais baixo. A oferta e a procura deixarão de coincidir, a procura excederá a oferta e o mecanismo de mercado, que tende a equiparar procura e oferta através das mudanças de preço, deixará de funcionar.

## 5.2 – O CRESCIMENTO DO CHILE, A LIBERDADE ECONOMICA E A AMÉRICA LATINA

É importante, além de comparar o desenvolvimento chileno com o Brasil, fazer uma breve análise do Chile e da América Latina como um todo. Não só o Chile, país mais liberal segundo a *Heritage Foundation* da América Latina, cresceu mais que o Brasil, mas também que todo o conjunto de seus vizinhos. O gráfico abaixo é uma ilustração da evolução do Chile no *ranking*. A linha em vermelho representa o Chile, a linha em verde o Brasil, e a em azul a Argentina. A linha em preto é a média de todos os países que fazem parte da avaliação:

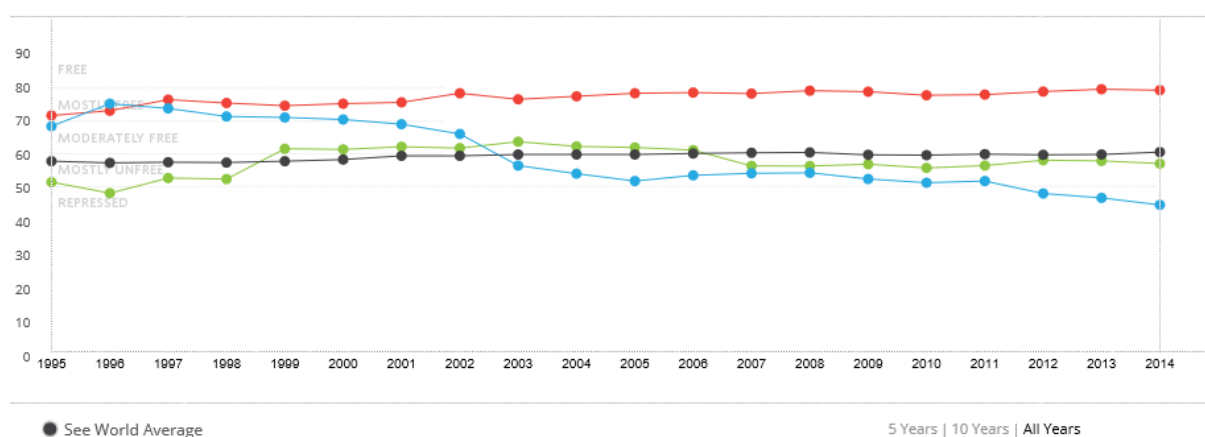


Gráfico 10 – Evolução do índice de liberdade econômica da *Heritage Foundation*. 1995-2014  
Fonte: *Heritage Foundation*.

Observa-se que o Chile manteve-se, desde que o índice começou a ser medido, sempre acima da média mundial, hoje ostentando a 7ª posição no *ranking*, posição muito acima do Brasil e da Argentina, que estão em 114º e 166º

respectivamente. A Argentina só tem piorado sua posição no índice, passando de 21º país mais liberal em 1995 para sua posição atual.

Cabe nesse caso, a citação de Roberto Ellery, aonde ele destaca que as reformas feitas na década de 1990 e primeiro governo Lula resultaram em uma melhora da posição global. Além disso, esse é um momento de retomada do crescimento e aumento da produtividade, coincidindo com a transição para o livre mercado. Em 1999, a posição do Brasil é 68º país mais liberal e continua evoluindo até 2003 quando atinge a 58ª posição, acima da média global. O problema começa a aparecer no segundo governo Lula, em 2006, e continua em uma trajetória decrescente até os dias de hoje, que representa a sua pior posição no *ranking*.

Antes de continuar, é interessante que o leitor entenda como é composto o índice da *Heritage Foundation*. Quanto mais alto a nota recebida pelo país, mais liberal ele é. A nota é composta pela avaliação de 10 fatores quantitativos e qualitativos, distribuídos em quatro grandes pilares: o império da lei, tamanho do governo, eficiência regulatória e abertura do mercado. Dentro do império da lei, o índice leva em conta dois fatores, os direitos de propriedade e a corrupção. O tamanho do governo é composto também por outros dois índices, a liberdade fiscal e os gastos do governo. A eficiência regulatória é medida por três índices, a liberdade negocial, liberdade e flexibilidade do trabalho e a liberdade monetária. Por fim, a abertura de mercado é medida pela liberdade comercial, liberdade de investimento e liberdade de financiamento.

A *Heritage Foundation* (2014), destaca que em 20 anos de história do índice, o Chile tem constantemente sido colocado no conjunto das economias “mais livres”, atingindo notas acima de 70, hoje com uma nota considerada alta de 78,7. Três das métricas das 10 economias mais livres do mundo – liberdade da corrupção estatal, liberdade do investimento e liberdade financeira – tem registrado ganhos de pontuação acima dos 20 pontos desde 1995. Isso manteve o Chile com um nível alto de eficiência regulatória, abertura de mercado, liberdade monetária e liberdade comercial.

Ainda de acordo com a *Heritage Foundation* (2014), como líder global em liberdade econômica, o Chile continua mantendo os princípios de governo limitado

através de um controle prudente do financiamento público que mantém a dívida pública e os déficits orçamentários sob controle. A participação ativa na negociação do acordo de livre comércio transpacífico reflete o comprometimento na liberalização do comércio e do investimento.

Em comparação com outros países, o Chile possui uma nota de 78.7 em liberdade econômica, enquanto a média mundial é 60.3 e a média regional dos seus vizinhos latino americanos é de 59.7. Para Ricardo Rondinel, Claudia Sonaglio e Ledi Pedroso (2005), o principal resultado do programa de ajuste estrutural e da política econômica “pragmática” vista no Chile, foi um crescimento contínuo da economia chilena a partir de 1985, apresentando taxas sem paralelos na região. O Chile, segundo dados do *International Financial Statistics* do FMI, no período de 1983-2004 foi o país que mais cresceu, comparado com as economias consideradas grandes da América Latina. Em pouco mais de 20 anos o Chile cresceu 209%, enquanto o Brasil cresceu 72%, o México 65%, e a Argentina apenas 40%. Até 1988 o Brasil crescia mais que o Chile, mas a partir desse ano a curva do PIB chilena dispara e o Brasil, ainda para Ricardo Rondinel, Claudia Sonaglio e Ledi Pedroso (2005), realmente ficou atrás. A Argentina cresceu muito até 1998 sob a influência do *currency board* do Plano Cavallo. Mas após o abandono de câmbio fixo 1 peso argentino igual a 1 dólar, a economia entrou em uma profunda recessão.

### 5.3 – A POLÍTICA LIBERAL CHILENA E A ERRADICAÇÃO DA POBREZA

O objetivo de todo gestor público deve sempre ser, além do crescimento, a erradicação da pobreza extrema e da fome. É fato que o crescimento do Chile é expressivo mas vale estudar se esse crescimento tem ou não resultado em um desenvolvimento da população como um todo ou só agravado as desigualdades sociais do país. Para fazer a análise vale recorrer nesse momento aos trabalhos de Ricardo Rondinel, Claudia Sonaglio e Ledi Pedroso (2005), que estudaram o impacto do crescimento chileno na distribuição de renda, no nível de pobreza e indigência.

Segundo esses autores, desde a década de 80 o Chile vem apresentando significativas mudanças no que tange a organização econômica, assim a partir dos anos 90, com a redemocratização do país, os principais indicadores começaram a apresentar resultados positivos relacionados ao crescimento econômico e a redução



dos níveis de pobreza. De acordo com Ricardo Rondinel, Claudia Sonaglio e Ledi Pedroso (2005):

“Em estudos Kuznets (1986), verificou que os aumentos da renda per capita, são traços integrantes do crescimento econômico, dentro disso pode-se dizer que, as rendas crescerão mais em um país de crescimento econômico significativo do que em um país de crescimento econômico lento, assim a mobilidade da renda ascende sendo uma função direta do crescimento econômico. Cabe ressaltar, que o crescimento da renda per capita, é uma medida do crescimento econômico, sendo um indicador que pode trazer desvantagens, se for analisada pela ótica da distribuição de renda, ou seja, este indicador esconde as disparidades existentes na distribuição de renda, entre as unidades familiares, entre regiões ou entre os setores produtivos.

Seguindo a análise empírica de Kuznets (1986), parece haver uma relação entre níveis de desenvolvimento e distribuição de renda, esta relação parece ser não linear, refletindo na existência de uma curva, na forma de U invertido, ou curva de Kuznets, como tem sido batizada pela literatura especializada. Neste sentido a curva U invertida (curva de Kuznets), nas etapas primárias do desenvolvimento se observa um certo incremento na desigualdade da distribuição de renda, o que tende a ir desaparecendo na medida que se generaliza o progresso econômico, e com isso, o acesso dos grupos de mais baixa renda a um maior número de bens e serviços oferecidos.

Durante os anos 70, ideias como a de Kuznets (1986), baseado na experiência dos países desenvolvidos, sustentavam que o crescimento econômico levaria a uma piora inicial na distribuição de renda, mas em fase mais adiantada, haveria uma melhora na distribuição de renda.

Assim a economia chilena vem apresentando desde meados dos anos 80 um ritmo de crescimento econômico elevado. Isto elevou significativamente o nível de vida de toda a população, ou seja, gerou efeito no crescimento da renda per capita, que cresceu entre 1990 e 2003 mais de 59%, o que acabou refletindo-se num incremento do poder aquisitivo da população.” (RONDINEL, Ricardo, SONAGLIO, Claudia e PEDROSO, Ledi, *Economia Chilena: Exemplo a ser Seguido?*, 2005)

Os autores concluem a análise ressaltando que a economia chilena pode ser considerada um caso peculiar na América Latina, em termos de crescimento das atividades econômicas. Foi a economia que mais cresceu comparada com as grandes

economias Latino Americanas, no período entre 1983-2004, ou seja, em pouco mais de 20 anos o Chile cresceu 209%. É importante destacar, conforme no capítulo destinado a conclusão:

“Apesar da teoria de Kuznets postular, que existe uma correlação positiva entre crescimento econômico e distribuição de renda, o Chile do ponto de vista macroeconômico, nos últimos 20 anos, tem passado por um ciclo de expansão que redundou crescimento absoluto da renda per capita e salários reais mais elevados, mas por outro lado, em termos relativos, a distribuição de renda em nível nacional permaneceu nos mesmos patamares, com um Coeficiente de Gini oscilando em torno de 0,58 o que significa elevada concentração da renda. Por outro lado, em nível regional, mostra que houve uma melhora na distribuição de renda em algumas regiões, em especial naquelas que apresentaram intenso ritmo de crescimento, impulsionado pelas exportações, como as regiões de Atacama, Antofagasta, Los Lagos e Del Maule.

Em outras regiões, que cresceram em menor ritmo e destinaram grande parte de sua produção para atender o mercado doméstico, como o caso de Araucanía e Bío Bío, registrou-se um elevado grau de concentração na renda. Finalmente em algumas regiões, como Metropolitana, Aysén e Coquimbo, verificou-se um aumento no índice de concentração da renda, entre 1990/2003.

Em relação à incidência da pobreza, constatou-se que em nível nacional, assim como em nível regional houve uma redução aproximada de 2/3 nos últimos 13 anos. O que contribuiu fortemente para esta redução foram políticas compensatórias do Estado, tanto em saúde quanto em educação, mas especial em os subsídios monetários que repassam recursos às populações mais pobres, tornando-se um mecanismo eficaz que ajudou a diminuir os níveis de pobreza no Chile no período que vai de 1987 a 2003.” (RONDINEL, Ricardo, SONAGLIO, Claudia e PEDROSO, Ledi, *Economia Chilena: Exemplo a ser Seguido?*, 2005)

É ainda importante, por fim, destacar também que o Chile é o país latino americano com o menor número de pessoas abaixo da linha da pobreza segundo dados do *Index Mundi*<sup>2</sup>, obtidos pelo *CIA World Factbook*. Dados de 2009 indicam 15,1% da população vivendo nessas condições. O Brasil por sua vez, a título de

---

<sup>2</sup>Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/g/r.aspx?v=69&l=pt>> Acesso em: 23 de março de 2014

comparação, possui 21,4% da população vivendo abaixo da linha da pobreza, enquanto a Argentina tem 30%.

## **6. – CONCLUSÃO**

A implementação do liberalismo no Chile, apesar de com grande sucesso no que tange a economia chilena na atualidade, foi possível graças a grande repressão estatal do regime militar do país, que teve enormes – talvez irredimíveis – prejuízos a população civil da época. Os primeiros anos do liberalismo no Chile foram, no curto prazo, causadores de uma grande recessão no país. Após esse primeiro momento porém, o Chile colheu os frutos de um estado liberal com instituições consolidadas e pouco intervencionismo que garantiram ao Chile anos de grande crescimento sustentado e ganhos de produtividade, com um aumento nas exportações e baixas taxas de inflação. Os indicadores econômicos tem tido uma grande melhora e o Chile, país mais liberal da América Latina, tem se mostrado cada vez mais próximo de ser o primeiro a ostentar o título de desenvolvido na América Latina. Não só os indicadores de crescimento tem tido uma enorme melhora, mas o país é também, dentre seus vizinhos, o com a menor população abaixo da linha da pobreza e o mais próximo a erradicá-la.

O liberalismo mostra-se cada vez mais viável e, enquanto exemplos típicos de sucesso desse modelo econômico como o Chile estão cada vez mais próximos do desenvolvimento, países como o Brasil insistem em dar continuidade a uma política retrógrada que dá destaque ao estado na economia. O Brasil passou por reformas fundamentais na década de 1990 e no primeiro governo Lula com um crescimento sustentado. O atual governo Dilma está aumentando a regulação estatal e fazendo com que o país não colha o resultado dessas reformas, indo na direção contrária da política liberal.

## Referências Bibliográficas

AGOSIN, Manuel. Chile: Comercio y crecimiento: realizaciones del pasado y perspectivas para el futuro. In: **Nuevas políticas comerciales en América Latina y Asia: Algunos casos nacionales**. Santiago de Chile: Naciones Unidas. 1999. p. 205-266.

ALMEIDA, Paulo. **Balanço do governo Lula, 2003-2010: uma avaliação não complacente**. 2010, Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/balanco+do+governo+lula+20032010+uma+avaliacao+nao+complacente/a1237812318976.html>> Acesso em: 15 de fevereiro de 2014.

CARNEIRO, Dionísio. **Crise e Esperança: 1974-1980**. *A Ordem do Progresso*, Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

ELLERY, Roberto. **A História de duas Cidades**. 2013, Disponível em: <<http://rgellery.blogspot.com.br/search?q=chile>> Acesso em: 22 de fevereiro de 2014.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. **Flujos de capital e inversión productiva**. McGraw Hill/CEPAL/OCDE, 1996.

GOOTENBERG, Paul. **Fishing for Leviathans? Shifting Views on the Liberal State and Development in Peruvian History**. *Journal of Latin American Studies*, v. 45, p. 121-141, 2013.

HAYEK, Friedrich. **O Caminho da Servidão**. 1944.

HUNEEUS, Carlos. **Por qué ha Funcionado el Presidencialismo en Chile? Factores Insitucionales y el Liderazgo de Patricio Aylwin**. *Persona y Sociedad*, 2005.

LACERDA, Antônio. **Economia Brasileira**. Editora Saraiva, 2006.

LARA RESENDE, A. **Estabilização e Reforma: 1964-1967**. *A Ordem do Progresso*, Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

MARSHALL Jorge. **Tendencias de da inversión**. Banco Central de Chile – exposición en el Encuentro de la Corporación de Bienes de Capital, Santiago, 2003.

MISES, Ludwig von. **Uma Crítica ao Intervencionismo**. 1929.

MODIANO, Eduardo. **A Ópera do Três Cruzados: 1985-1989**. *A Ordem do Progresso*, Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

PARKIN, Vincent. **Economic liberalism in Chile, 1973-82: a model for growth and development or a recipe for stagnation and impoverishment**. *Cambridge Journal of Economics*, v. 7, p. 101-124, 1983.

RODRIGUES, João. **The Political and Moral Economies of Neoliberalism: Mises and Hayek**. *Cambridge Journal of Economics*, 2013.

RONDINEL, Ricardo, SONAGLIO, Claudia e PEDROSO, Ledi. **Economia Chilena: Exemplo a ser Seguido?**. *Revista Economia e Desenvolvimento*, 2005.

VELOSO, Ana Marta. **Os fluxos de capitais externos na economia chilena**. Tese (Mestrado) Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

WILLIAMSON, Edwin. **História da América Latina**. Edições 70, 2012.

WOLFF, Jonas. **Towards Post-Liberal Democracy in Latin America? A Conceptual Framework Applied to Bolivia**. *Journal of Latin American Studies*, v. 45, p. 31-59, 2013.

